



1981

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO X — N.º 117

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1955

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do artigo 45, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 23 de Agosto próximo, às 14,30 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 3.121, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 35, de 1955, no Senado Federal), que modifica o parágrafo único da Lei n.º 916, de 14 de Novembro de 1949, que dispõe sobre preferências em promoção ou melhoria para servidores públicos que tenham tomado parte em operações de guerra.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 6 de setembro próximo, às 14,30 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.458, de 1951, na Câmara dos Deputados, e n.º 99, de 1952, no Senado Federal), que dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e venda de terrenos para pagamento em prestações.

Senado Federal, em 10 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Comissões Permanentes

Diretora

Nereu Ramos — Presidente.
Gomes de Oliveira — 1.º Secretário.
Freitas Cavalcanti — 2.º Secretário.
Carlos Lindenberg — 3.º Secretário.
Ezequias da Rocha — 4.º Secretário.
Maynard Gomes — 1.º Suplente.
Prisco dos Santos — 2.º Suplente.
Secretário — Luiz Nabuco, Diretor Geral da Secretaria.

Constituição e Justiça

Cunha Melo — Presidente.
Argemiro Figueiredo — Vice-Presidente.
Armando Câmara.
Atílio Vivacqua.
Benedito Valadares.
Daniel Krieger.
Gilberto Marinho.
Jarbas Maranhão.
Kerginaldo Cavalcanti.
Lourival Fontes.
Ruy Palmeira.
(*) Substituído pelo Sr. Novaes Filho.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.
Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e, nos termos do artigo 27, letra n do Regimento Interno, eu promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º 13, de 1955

Artigo único — É concedida a Fernando Jorge da Rocha, Redator nível 15, da Secretaria do Senado Federal, permissão para aceitar designação do Poder Executivo, a fim de servir junto ao Comité Intergovernamental, para as Migrações Europeias, nos termos do artigo 253, do Regulamento da Secretaria.

Senado Federal, em 17 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Economia

Fernandes Távora — Presidente.
Juracy Magalhães — Vice-Presidente.
Júlio Leite.
Sa Tinoco.
Lima Teixeira.
Tarciso Miranda.
Alô Guimarães.
Secretário — Aroldo Moreira.
Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas.

Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente.
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.
Sílvio Curvo.
Apolonio Sales.
Bernardes Filho.
Guilherme Malaquias.
Secretário — Francisco Soares Aruda.
Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
Kerginaldo Cavalcanti — Vice-Presidente.
Vivaldo Lima.
Ary Vianna.
Armando Câmara.
Heitor Medeiros.
Naves da Rocha.
Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões — Sextas-feiras, às 15 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Novaes Filho — Presidente.
Filinto Müller — Vice-Presidente.
Naves da Rocha.
Ary Vianna.
Coimbra Bueno.
Secretário — Francisco Soares Aruda.
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente (****).
Cesar Vergueiro — Vice-Presidente.
Alberto Pasquardini.
Victorino Freire (****).
Parsifal Barroso. (***)
Mathias Olympio.
Juracy Magalhães.
Lino de Matos.
Júlio Leite.
Dinarte Mariz (*).
Domingos Velasco.
Othon Mäder.
Novaes Filho.
Paulo Fernandes.
Filinto Müller (**).
Onofre Gomes.
Mourão Vieira.
(*) Substituído pelo Sr. João Aruda.

Comissão de Redação

1 — Júlio Leite — Presidente.
2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente.
3 — Alô Guimarães. (*)
4 — João Villasbôas. (**)
5 — Saulo Ramos. (***)
(*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Costa Pereira.
(**) Substituído, interinamente, pelo Sr. Argemiro Figueiredo.
(***) Substituído, interinamente, pelo Sr. Mourão Vieira.
Secretário — Cecília de Rezende Martins.
Reuniões — Terças-feiras, às quinze horas.
(**) Substituído pelo Sr. Heitor Medeiros.

(*) Substituído pelo Sr. Fausto Cabral.
(**) Substituído pelo Sr. Waldyr Bouhid.

PARA AS SUPLENCIAS
(****) Substituído pelo Sr. Alfredo Dualibe.

Ary Vianna.
Lucio Bittencourt.
Daniel Krieger.
Bernardes Filho.
Kerginaldo Cavalcanti.
Armando Câmara.

Secretário — Renato Chermont.
Reuniões às quintas-feiras, às 10 horas.

De Redação

1 — Julio Leite — Presidente.
2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente.
3 — Alô Guimarães.
4 — João Villasbôas.
5 — Saulo Ramos.
Secretário — Cecília de Rezende Martins.
Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.
Othon Mäder — Vice-Presidente.
Guilherme Malaquias.
João Arruda.
Lino de Mattos.
Ruy Carneiro.
Sebastião Archer.
Secretário — Pedro de Carvalho Mello.
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Relações Exteriores

Georgino Avelino — Presidente.
Bernardes Filho — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Lourival Fontes.
Ruy Palmeira.
Moura Andrade.
Mathias Olympio.
João Villasbôas.
Benedicto Valladares.
Secretário — J.B. Castejon Branco.
Reuniões: Quartas-feiras.

Saúde Pública

1 — Sylvio Curvo — Presidente.
2 — Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
3 — Guilherme Malaquias.
4 — Leonidas Melo (*).
5 — Pedro Ludovico (**).

(*) Substituído interinamente pelo Senador Mendonça Clark.
(**) Substituído interinamente pelo Senador Costa Pereira.
Secretário — Cecília de Rezende Martins.
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
Cajado de Castro — Vice-Presidente.
Máguas Barata (*).
Ary Vianna.
Sylvio Curvo.
Paulista Barroso (*).
Lino de Mattos (**).

(*) Substituído pelo Sr. Fausto Cabral.
(**) Substituído pelo Sr. Waldyr Bouhid.
(***) Substituído pelo Sr. Antonio Barreto.
Secretário — Romilda Duarte.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão Mista de Reforma Efeitoral

Senador Cunha Mello — Presidente.
Senador Rui Palmeira — Vice-Presidente.
Deputado Ulysses Guimarães — Relator.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA
CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO
MURILO FERREIRA ALVES
CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressas nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPASSEIOS E PARTICULARES

Capital e Interior
Emissão Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 50,00
Exterior
Ano Cr\$ 100,00

FUNCIONÁRIA

Capital e Interior
Emissão Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 50,00
Exterior
Ano Cr\$ 100,00

— Descontadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas por se-fo-tomar, em qualquer época, por dois meses de uma vez.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esatocentes quanto a sua aplicação, solicitamos deem preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesouro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos de edições de órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Senadores:
Atílio Vivacqua.
Lucio Bittencourt.
Filinto Müller.
Alô Guimarães.
Deputados:
Ernani Satiro.
Cunha Mello.
Oliveira Brito.
Pereira Filho.
Raimundo Brito.
Secretário: Marília Pinto Amando.

Comissão de Inquérito para apurar fatos relativos à liberação da Química Bayer Limitada

Senador Cunha Mello — Presidente.
Senador Alvaro Adolfo — Vice-Presidente.
Senadoras Guilherme Malaquias e Argemiro Figueiredo — Relatores.
Senador Ezequias da Rocha.
Senador Kerginaldo Cavalcanti.
Senador Pedro Ludovico.
Secretário — Romildo Gurgel.
Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Lima Teixeira — Presidente.
Julio Leite — Vice-Presidente.
Paulo Fernandes — Relator.
Ruy Carneiro.
Othon Mäder.
Kerginaldo Cavalcanti.
Lucio Bittencourt — Relator.
Heitor Medeiros.
Julio Leite.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reuniões: Quarta-feira, às 16 horas.

De Mudança da Capital

Côimbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Alberto Pasqualini.
Lino de Mattos.
Secretário — Aroldo Moreira.
Reuniões — Quintas-feiras.

Comissão de Reforma Constitucional

Cunha Mello — Presidente.
Alvaro Adolfo — Vice-Presidente.
Kerginaldo Cavalcanti — Relator.
Apollônio Salles.
Benedito Valadares.
Gilberto Marinho.
Lourival Fontes.
Lima Teixeira.
Argemiro Figueiredo.
Ruy Palmeira.
Atílio Vivacqua.
Armando Câmara.
Lucio Bittencourt.
Jarbas Maranhão.
Carlos Lindenberg.
Daniel Krieger.

Comissão de Reforma Agrária

Rui Palmeira — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
Lucio Bittencourt — Relator.
Heitor Medeiros.
Julio Leite.
Paulo Fernandes.

Comissão de Inquérito para apurar alienações de terras no Estado de Mato Grosso

Cunha Mello — Presidente.
Julio Leite — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Heitor Medeiros.
João Villasbôas.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.

Relatores:
Afonso Afonso.
Gustavo Capanema.
Deputados:
Arnaldo Cerdeira.
Batista Ramos.
Bilac Pinto.
Lopo Celso.
Senadores:
Heitor Medeiros.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Côimbra Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.

Atas das Comissões

Comissão Diretora

21ª REUNIAO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1955

Sob a presidência do Sr. Nereu Ramos, Presidente, presentes os Srs. Gomes de Oliveira, 1.º Secretário, Ezequias da Rocha, 4.º Secretário e Prisco dos Santos, 2.º Suplente, reuniu-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Freitas, Cavalcanti, 2.º Secretário, Carlos Lindenberg, 3.º Secretário, e Maynard Gomes, 1.º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e sem observações, aprovada.

A Comissão resolve conceder nova prorrogação de 30 dias do prazo de que trata o item 127 do Edital de inscrição, de 31 de julho de 1954, para a apresentação pela Comissão Julgadora, do vereditum sobre os anteprojeto para a construção do novo edifício sede do Senado, entregues pelos concorrentes.

O Sr. 1.º Secretário apresenta parecer contrário ao Requerimento n.º 29, de 1955, em que Beatriz Brandão Brígido, Taquígrafo, Nível 14, pede contagem de tempo de serviço prestado durante substituição eventual, tendo a Comissão concordado com o voto do relator.

O Sr. Gomes de Oliveira apresenta ao exame dos demais Membros, um esboço de um projeto definitivo maior e minoria. Depois de algumas observações, S. Ext. fica de trazer, oportunamente, o projeto definitivo.

Em virtude do adiantado da hora, o Sr. Presidente convoca uma reunião extraordinária para terça-feira, dia 16 do corrente, às 9 horas da manhã.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Luiz Nabuco, Diretor Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

REPÚBLICA-SE POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES.

Comissão de Redação

20. REUNIAO EM 11 DE AGOSTO DE 1955.

(Extraordinária)

As quinze horas e dez minutos, do dia onze de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Senador Julio Leite, achando-se presentes os Srs. Senadores Costa Pereira e Mourão Vieira, designados para substituir, interina e respectivamente, os Srs. Senadores Alô Guimarães e Saulo Ramos.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Argemiro Figueiredo.

É lida e sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova a redação final dos seguintes pareceres:

— do Sr. Costa Pereira, ao Projeto de Resolução n.º 5, de 1955, que altera os arts. 9.º e 160, do Regimento Interno;

— do Sr. Mourão Vieira, ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1955, que aprova o termo de contrato celebrado entre o Governo da União e Luiz Bezerra de Oliveira.

As quinze horas e trinta minutos, nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando o vet. Cepília de Rezende Martins, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Oradores inscritos para a 83.ª Sessão em 18-8-55

1.º — Senador Lima Teixeira.

ATA DA 82.ª SESSÃO DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 17 DE AGOSTO DE 1955

PRESENCIA DOS SRS. NEREU RAMOS E CARLOS LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivendo Lima — Mourão Vieira — Cunha Melo — Prisco dos Santos — Alfredo Dupilibe — Publio de Mello — Arêa Lado — Mathias Olympio — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Ruy Carneiro — João Arruda — Argemiro de Figueiredo — Apolônio Sales — Ezequias da Rocha — Freitas Cavalcanti — Julio Leite — Laurival Fontes — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Carlos Lindenberg — Sá Tinoco — Paulo Fernandes — Tarci-sto Miranda — Guilherme Malgouyas — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valadares — Cesar Vergueiro — Domingos Velasco — Cbimbra Bueno — Costa Pereira — Mario Motta — Heitor Medeiros — Nereu Ramos — Alberto Pasqualini — (41).

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O SR. COSTA PEREIRA:

Servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 3.º SECRETÁRIO

Servindo de 1.º, lê o seguinte

Expediente

— Dois do Senhor Ministro da Fazenda, nos seguintes termos: S. C. 167.832-55

Aviso n.º 503 — 12-8-55

Senhor 1.º Secretário:

Em referência ao Ofício n.º 713, de 14 de julho findo, ao qual V. Excia. solicita informações a respeito do Requerimento n.º 310, de 1955, do Sr. Senador Cunha Melo, sobre admissão de servidores para os serviços da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, depois do Decreto n.º 32.291, de 5 de outubro de 1954, tenho a honra de transmitir a V. Excia. cópia, em duas vias, dos esclarecimentos prestados pela mencionada Superintendência.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos da minha alta estima e distinta consideração.

SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

PRAÇA MAUA, 7 — 14.º ANDAR — RIO DE JANEIRO.

Em 8 de agosto de 1955

Ofício n.º DPA 447-55

Senhor Chefe do Gabinete.

Cumprindo despacho do Senhor Superintendente, tenho a honra de devolver a esse Ministério o expediente anexo, que encaminhou pedido de informação formulado pelo Senhor Senador Cunha Melo.

No ensejo, apresento a V. S. os protestos de elevada estima e distinta consideração. — Arnaldo Fábregas, Diretor do D.P.A.

SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

PRAÇA MAUA, 7 — 14.º ANDAR — RIO DE JANEIRO.

Em 8 de agosto de 1955

Encaminha-se ao Senhor Ministro da Fazenda, com a informação do serviço competente.

Caso entenda necessário o Senhor Senador Cunha Melo, forneceremos imediatamente a relação das pessoas a que se referem os itens III, IV e V, período dos respectivos contratos e demais detalhes que Sua Excelência venha a desejar. — Odylo Costa, filho — Superintendente.

Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

Praça Mauá, 7 — 14.º andar.

Rio de Janeiro.

Em 30 de julho de 1955.

INFORMAÇÃO

Com referência ao expediente anexo, no qual o Senhor Senador Cunha Melo pede informações sobre possíveis admissões de servidores e empregados na Superintendência e Empresas Incorporadas, devo informar: I — O artigo 4.º e seus parágrafos da Lei 2.193, de março de 1954, a que alude o Senhor Senador, determinam:

a) que a admissão, dispensa e demais atos relativos ao pessoal da Superintendência e das Empresas são da alçada do Superintendente;

b) que a admissão de mensaisistas extranumerários para os serviços da Superintendência só se faça mediante prova de habilitação, respeitada a ordem de classificação;

c) que, por sua vez, o ingresso de pessoal nos quadros trabalhistas das Empresas só se verifique com autorização prévia do Presidente da República, ouvido o D. A. S. P. e;

d) que, na hipótese de se verificarem admissões sem atenção àquelas exigências legais, os atos serão nulos, responsabilizando o administrador que os houver praticado.

II — Em face de tão taxativas disposições, o Sr. Superintendente — única autoridade com capacidade legal para tanto — não poderia ter feito quaisquer admissões depois da vigência da Lei em foco, maxime em se atendo a que os quadros de trabalhistas, das Empresas, e a Tabela de Mensaisistas, da Superintendência, ainda não foram aprovados pelo Senhor Presidente da República, como o exige o diploma legal em tela.

III — Foram somente admitidos servidores para funções "de confiança" e em "comissão", como permite o § 2.º do art. 4.º da Lei em causa, em número limitado, sem qualquer vínculo de emprego com a Superintendência ou as Empresas. São servidores que acompanham os Superintendentes, quando substituídos estes.

IV — Para atender às necessidades de serviço mais urgentes e até a aprovação dos quadros da Empresa e da Tabela da Superintendência, são utilizados serviços de profissionais — "Serviços de terceiros" — que percebem, passando recibo, pelos serviços prestados, sem que tenham sido "no-

meados", ou "admitidos" o sem qualquer vínculo de emprego com a Superintendência ou as Empresas.

V — Também se contratam, normalmente, os artistas — cantores, músicos, comediantes, etc. — e produtores necessários à programação da Rádio Nacional, por prazo fixo, de acordo com o Regulamento da Empresa e sem que suas funções integrem o quadro do seu pessoal efetivo.

VI — Não houve, adestarte, qualquer admissão ou nomeação de pessoal quer para a Superintendência, quer para as Empresas.

Atenciosamente. — Arnaldo Fábregas, Diretor do D.P.A.

Ministério da Fazenda.

Aviso n.º 517 — 13-8-55.

Senhor 1.º Secretário:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que este Ministério está enviando esforços no sentido de serem efetuados os esclarecimentos a que se refere o Requerimento n.º 95, de 1955, da autoria do Sr. Senador Ezequias da Rocha, para imediato encaminhamento a essa Casa do Congresso.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.ª os protestos da minha alta estima e distinta consideração.

Do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, nos seguintes termos:

Presidência da República.

Secretaria.

Em 12 de agosto de 1955.

Senhor 1.º Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, as informações prestadas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, relativas a requerimento do Senhor Senador Domingos Velasco.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — José Monteiro de Castro, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

C/2.327 — Urgente.

Em 10 de agosto de 1955.

Senhor Chefe:

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício de 3 do corrente, (PR-22.771-55) em que Vossa Excelência encaminha a este Ministério pedido de informações do Senado Federal sobre requerimento do Senador Domingos Velasco, relativamente ao recebimento de proposta de uma organização nacional para fabricar, fornecer e embalar, em tempo hábil e para cerca de 80 mil seções eleitorais, a tinta especial de que trata o artigo 38 da Lei n.º 2.550.

2. Em resposta, cabe-me remeter-lhe, anexo, por cópia, o ofício G-15, de 29 de julho último, que o Superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional enviou ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a propósito do assunto.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Prado Kelly.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1955.

Ofício n.º G-15-55.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Venho trazer ao conhecimento de V. Ex.ª o Egrégio Tribunal que a "Tintas Vitória", fábrica incorporada ao Patrimônio Nacional, especializada em tintas e vernizes, está habilitada a preparar tinta indelével para fins eleitorais e fornecê-la na quantidade de que o Tribunal Superior Eleitoral possa necessitar.

Transcrevo abaixo, para apreciação de Vossa Excelência, o teor da carta que acerca deste assunto me transmitiu o Gerente da mencionada fábrica.

Respondendo à consulta que me foi feita verbalmente por V. S., reitero a afirmação de que esta Empresa poderá fabricar a tinta indelével para as eleições, dependendo tão somente da

determinação das matérias primas a serem adquiridas, o que compete ao nosso técnico Dr. Waldir Carvalho, que ficará incumbido de dirigir a fabricação, a qual se pode realizar em poucos dias.

Quanto à embalagem, que pode ser feita de vários modos, para ser convenientemente distribuída, a ação desta Empresa, terá de seguir, me parece, o critério especial que for determinado pelo Tribunal Eleitoral, dependendo pois a execução dessa parte do trabalho, das instruções que recebermos e em face das quais nos esforçaremos, com a aparelhagem da fábrica, ou de outra organização a que recorreremos, para efetuar o fornecimento no prazo que for estipulado.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração. — Odylo Costa, filho, Superintendente.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1955.

Ofício n.º G-16-55:

Senhor Diretor:

A propósito de tinta indelével, cumpro-nos declarar que nós dirigimos ao Tribunal Superior Eleitoral para lhe informar que a "Tinta Avitória", fábrica incorporada ao Patrimônio Nacional, especializada em tintas e vernizes, está em condições de lhe fornecer a tinta indelével de que venha a necessitar.

Transcrevemos abaixo, para apreciação de Vossa Senhoria, o teor da carta que acerca deste assunto nos transmitiu o Gerente da mencionada fábrica.

Respondendo à consulta que me foi feita verbalmente por V. S., reitero a afirmação de que esta Empresa poderá fabricar a tinta indelével para as eleições, dependendo tão somente da determinação das matérias primas a serem adquiridas, o que compete ao nosso técnico Dr. Waldir Carvalho, que ficará incumbido de dirigir a fabricação, a qual se pode realizar em poucos dias.

Quanto à embalagem, que pode ser feita de vários modos, para ser convenientemente distribuída, a ação desta Empresa, terá de seguir, me parece, o critério especial que for determinado pelo Tribunal Eleitoral, dependendo pois a execução dessa parte do trabalho, das instruções que recebermos e em face das quais nos esforçaremos, com a aparelhagem da fábrica, ou de outra organização a que recorreremos, para efetuar o fornecimento no prazo que for estipulado.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração. — Odylo Costa, filho, Superintendente.

Dois Mensagens sob ns. 236 e 237, de 1955, do Senhor Presidente da República, encaminhando autógrafos dos Projetos de Leis da Câmara números 66 e 92, de 1955, respectivamente, já sancionados.

Dois da Câmara dos Deputados, ns. 1.654 e 1.657, de 1955, comunicando aprovação de emendas do Senado oferecidas aos Projetos de Leis daquela Casa do Congresso ns. 260 e 233, de 1954, respectivamente.

Três, da mesma Casa do Congresso, encaminhando autógrafos dos seguintes:

**Projeto de Decreto Legislativo
N.º 39, de 1955**

(N.º 13-A, de 1955, da Câmara dos Deputados)

Aprova o termo de transferência das obrigações de aforamento do terreno acrescido de marinha desmembrado da área maior, situado à Rua Santana ns. 138 e 138-A, no Distrito Federal, que outorga a União Federal à firma Torres e Coelho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o termo, assinado a 3 de setembro de 1954, de transferência das obrigações de aforamento do terreno acrescido de marinha desmembrado da área maior, situado à Rua Santana ns. 138 e 138-A, no Distrito Federal, que outorga a União Federal à firma Torres e Coelho, ao qual o Tribunal de Contas recusou registro em sessão de 3 de janeiro do fluente ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 5 de agosto de 1955.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Finanças.

**Projeto de Decreto Legislativo
N.º 40, de 1955**

(N.º 14-A, de 1955, da Câmara dos Deputados)

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório do registro ao termo aditivo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Campos & Bruder Ltda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o ato do Tribunal de Contas, de 10 de agosto de 1954, denegatório do registro ao termo aditivo, de 9 de julho de 1954, ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Campos & Bruder Ltda., para construção do edifício da sede da Estação Terminal de Guarulhos, em São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 5 de agosto de 1955.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 146, DE 1955

N.º 2.633-E, de 1952, da Câmara dos Deputados)

MODIFICA O ART. 1.º DA LEI N.º 264, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1948, FIXA OS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O artigo 1.º da lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948 passa a ter a seguinte redação:

«Art. 1.º Os funcionários da Secretaria do Supremo Tribunal Federal têm os mesmos direitos e vantagens assegurados aos funcionários da Secretaria da Câmara dos Deputados, desde que exerçam cargos idênticos e de mesmas responsabilidades.

§ 1.º Quando se tratar de cargos de carreira a equiparação de vencimentos só compreende o número de classes a que correspondem as da outra carreira.

§ 2.º A classificação dos funcionários em novos símbolos, padrões ou classes de vencimentos será feita em lei, mediante proposta do Tribunal, e a apostila — dos respectivos títulos e o pagamento da diferença de vencimentos não serão realizados antes da vigência — dessa lei.»

Art. 2.º O disposto no artigo anterior se aplica aos Tribunais a cujos funcionários tenha sido estendido o disposto no art. 1.º da lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948, ou tenham sido equiparados ao Supremo Tribunal Federal.

Art. 3.º É alterado o quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Recursos, de conformidade com a tabela anexa, compreendendo cargos isolados de provimento efetivo e de carreira.

Parágrafo único. Aos ocupantes dos cargos de bibliotecário e auxiliar de bibliotecário são assegurados os vencimentos dos padrões O e N, respectivamente, decorrentes da classificação feita por apostila, em cumprimento à resolução do referido Tribunal.

Art. 4.º São transformados na carreira de oficial judiciário as de oficial judiciário e auxiliar de secretaria, respeitadas os direitos dos seus ocupantes.

Art. 5.º É criada a carreira de taquígrafo, respeitadas os direitos dos atuais ocupantes dos cargos de taquígrafo, padrão O, extintos.

Parágrafo único. A classe intermediária dessa carreira só poderá ser preenchida à medida que forem vagando os excedentes, na final.

Art. 6.º São transformados os cargos em comissão de diretor geral e diretor de divisão em cargos isolados de provimento efetivo de diretor geral, vice-diretor e sub-secretário.

Art. 7.º Os ocupantes de cargos de servente extintos deverão ser aproveitados nos de auxiliar de portaria.

Art. 8.º O cargo de chefe de seção será preenchido por um dos oficiais judiciários ocupantes da classe final da carreira, sob critério exclusivo de merecimento.

Art. 9.º Para atender às despesas decorrentes da presente lei, é aberto ao Poder Judiciário — Tribunal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 625.000,00 (seiscentos e vinte e cinco mil cruzeiros), em reforço da verba 1 — Pessoal; Consignação 1 — Pessoal Permanente, do Anexo 26 do Orçamento Geral da União (lei n.º 2.135, de 14 de dezembro de 1953).

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 11 de agosto de 1955.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 3.º DESTA LEI

Número de cargos	Cargos isolados de provimento efetivo	Símbolo ou Função
1	Diretor Geral	PJ-1
1	Vice-Diretor	PJ-2
1	Sub-Secretário	PJ-2
6	Chefe de Seção	PJ-3
1	Bibliotecário	M
1	Auxiliar de Bibliotecário	L
1	Porteiro	M
2	Mecanógrafo	L
1	Arquivista	L
19	Auxiliar de Portaria	K
2	Motorista	K

Número de cargos	Cargos de carreira	Símbolo ou Função
2	Taquígrafo (**)	O
4	Taquígrafo (*)	N
4	Taquígrafo	M
2	Oficial Judiciário	O
4	Oficial Judiciário	N
4	Oficial Judiciário	M
7	Oficial Judiciário	L
8	Oficial Judiciário	K
12	Oficial Judiciário	J
12	Oficial Judiciário	I

Observação: — (**) Excedentes 4; (*) A ser preenchida à medida que forem vagando os excedentes da classe final.

Número de cargos	Funções gratificadas	Símbolo
1	Secretário da Presidência	FG-3
1	Secretário do Diretor Geral	FG-4

Câmara dos Deputados, em de Agosto de 1955.

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

SAO LIDOS. E VAO A IMPRIMIR ANEXO AO PARECER N.º 955, DE OS SEGUINTE PARECERES 1955

Parecer n.º 955, de 1955

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1955.

Relator: Sr. Mourão Vieira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1955, originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1955 — Júlio Leite, Presidente. — Mourão Vieira, Relator — Costa Pereira.

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1955 que aprova o termo de contrato celebrado entre o Governo da União e Luiz Bezerra de Oliveira.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do artigo 77 parágrafo 1.º da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO
N.º de 1955

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado, a 17 de julho de 1954, entre o Governo da União e

Luiz Bezerra de Oliveira, para desempenhar, no Serviço Agro-Industrial do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a função de químico especializado em análise de solos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Pareceres ns. 956 e 957, de 1955

N.º 956, de 1955

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 25, de 1955, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatório ao registro do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda.

Relator: Sr. Jarbas Maranhão.

1. O Tribunal de Contas, em reunião de 28 de dezembro de 1951, recusou preliminarmente, registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda, para construção de um conjunto de duas residências geminadas para operadores na Estação Transmissora de Sarapuí.

Tal decisão do Órgão de Contas da União se fundamentou no fato de que o prazo contratual necessário à realização da obra excedia a vigência do exercício orçamentário respectivo.

2. Com efeito, o contrato em causa foi celebrado aos 14 (quatorze) de dezembro de 1951. Pela sua cláusula 9.ª "O prazo para a conclusão da obra contratada será de 120 (cento e vinte) dias, iniciados no dia imediato, etc..."

3. Atendendo a essa circunstância, a Comissão de Tomada da Conta da Câmara dos Deputados manteve o ato do Tribunal, com posterior apoio do Plenário daquela Casa do Congresso;

4. O motivo é realmente de substância e se inclui entre aquelas reconhecidos pela jurisprudentia deste órgão técnico, como capazes de comprometer a sorte de contratos em que essa cláusula se encontre.

5. Somos, ante o exposto, pela aprovação do projeto no tocante a sua constitucionalidade jurídica, incumbindo à Comissão de Finanças examinar-lhe o mérito.

Sala das Comissões, em 5 de junho de 1955 — Cunha Mello, Presidente — Jarbas Maranhão, Relator — Atílio Vivacqua — Gilberto Marinho — Argemiro Figueiredo — Rui Palmeira — Daniel Krieger — Benedito Valadares — Lourival Fontes — Kerginaldo Cavalcanti.

N.º 957, de 1955

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 25, de 1955.

Relator: Sr. Alfredo Duailibe.

1. O Tribunal de Contas houve por bem negar registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda., para construção de duas residências geminadas para operadores na Estação Transmissora de Sarapuí.

2. A decisão denegatória do Órgão de Contas se fundamentou no fato de que o prazo para realização da obra em apreço ultrapassava a vigência do exercício orçamentário de 1951, ano em que se verificou a assinatura do contrato.

3. Examinando a hipótese, a Comissão de Tomada da Conta da Câmara dos Deputados decidiu de acordo com o Tribunal, encontrando vício fundamental no contrato em causa.

Realmente, sua cláusula 9.ª fixa em 120 (cento e vinte) dias úteis o prazo para término da obra, e o instrumento contratual foi firmado a 14 de dezembro de 1951.

4. Somos, ante o exposto, pela aprovação do presente projeto, que aprova o projeto denegatório de registro.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1955. — Cesar Vergueiro, Presidente. — Alfredo Duailibe, Relator. — Fausto Cabral. — Ary Vianna. — Heitor Medeiros. — Paulo Fernandes. — Antônio de Barros. — Novaes Filho. — Mathias Olympio.

Parecer n. 958, de 1955

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 80, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 289.500,00 para atender a despesa decorrentes de exames de habilitação e concurso realizados no ano letivo de 1952.

Relator: Sr. Ary Vianna.

Autoriza o presente projeto a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr\$ 289.500,00, providência solicitada pelo Poder Executivo para atender ao pagamento de despesas com a realização de exames de habilitação e concursos realizados, no ano letivo de 1952, em vários estabelecimentos de ensino.

Trata-se de despesa que, por insuficiência de dotação orçamentária própria, deixou de ser paga no exercício em que foi assumida.

Convém esclarecer que o Ministério interessado providenciou em tempo o expediente relativo à abertura de crédito suplementar, o qual, entretanto, como observou a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, foi retardado, devido à sua tramitação pelo D. A. S. P. e Ministério da Fazenda.

Examinando o assunto, a Comissão de Finanças nada tem a opor à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1955. — Cesar Vergueiro, Presidente. — Ary Vianna, Relator. — Fausto Cabral. — Heitor Medeiros. — Alfredo Duailibe. — Paulo Fernandes. — Novaes Filho. — Antônio de Barros. — Mathias Olympio.

Pareceres ns. 959 e 960, de 1955

N.º 959, de 1955

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 82-55, que faz doação do prédio e respectivo terreno ao Instituto Cônego Monte, de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Sr. Jarbas Maranhão.

O Instituto Cônego Monte, localizado em Santa Cruz, no Estado do Rio Grande do Norte, vem funcionando em prédio construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas durante o Governo Epitácio Pessoa, ocasião em que as mencionadas obras sofreram particular impulso.

A entidade em questão desenvolve valioso serviço dedicado à educação de menores abandonados ou desamparados, mantendo inclusive ensino profissional no setor feminino.

Seu funcionamento naquele próprio federal ocasiona, não obstante, natural incerteza por parte de seus dirigentes, uma vez que, por força da precariedade das condições em que se verificou a cessão do imóvel utilizado, não sentem estímulo para ampliar as instalações de suas tarefas assistenciais.

O projeto em estudo visa exatamente a solucionar tal situação, fazendo doação do prédio aludido e respectivo terreno ao Instituto Cônego Monte.

O artigo 1.º especifica as características dos imóveis doados. Seu parágrafo 1.º condiciona o uso do prédio e terreno às finalidades estatutárias de assistência e educação de menores. O parágrafo 2.º proíbe que o Instituto disponha, a qualquer título, dos bens doados ou sobre eles constitua direitos reais em favor de terceiros.

De acordo com o disposto no artigo 2.º, a doação será automaticamente revogada na hipótese do Instituto dissolver-se sem ser substituído por entidade de igual natureza e com as mesmas finalidades. Nesse caso, voltarão os bens ao patrimônio da União. Esta, conforme o disposto no parágrafo único do mesmo artigo, poderá proceder judicialmente, a fim de obter a revogação da doação, desde que o Instituto modifique fundamentalmente seu objetivo.

Igual procedimento poderá ter a União caso a entidade contemplada seja substituída por outra cujas finalidades não satisfaçam os altos propósitos que justificam a doação.

O projeto merece aprovação deste órgão técnico. Afirma as ponderáveis razões que, no mérito, militam em seu favor, a proposição nada tem que contrarie a Constituição e a legislação vigente. O Código Civil, ao tratar da revogação da doação (artigo 1.181), estabelece que, além da revogação por ingratidão, a doação igualmente se revoga nos casos comuns a todos os contratos. Disciplinam-se ela, portanto, de maneira genérica, pela vontade consensual.

Nada impede que a lei estabeleça, como o faz o presente projeto, condições cuja inobservância implicaria em revogar uma doação feita por seu próprio intermédio. Aliás, o artigo que a faculta tem, pela sua redação mesma, um caráter meramente permissivo, isto é, concede à União a iniciativa de propor ao Judiciário a revogação da doação por infringência das finalidades estatutárias por parte da instituição contemplada.

Releva acrescentar que, ouvido a respeito, o Serviço do Patrimônio da União nada objetou ao projeto, por cuja aprovação, assim, nos manifestamos.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1955. — Cunha Mello, Presidente. — Jarbas Maranhão, Relator. — Ruy Palmeira. — Kerginaldo Cavalcanti. — Atílio Vivacqua. — Daniel Krieger. — Novaes Filho.

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 82, de 1955.

Relator: Sr. Ary Vianna.

Pelo projeto em exame, de autoria do ilustre Deputado Aluizio Alves, são doados ao Instituto Cônego Monte, de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, o prédio e respectivo terreno da rua Brandão Cavalcanti sem número, naquela cidade, pertencentes à União, para serem utilizados em benefício de assistência e educação a menores pobres e desamparados, de acordo com os Estatutos daquela entidade.

A medida é acatada pelas seguintes condições:

a) o Instituto não poderá, a qualquer título, dispor dos bens doados ou sobre eles constituir direitos reais em favor de terceiros (art. 1.º § 2.º);

b) a doação ficará automaticamente revogada, revertendo o prédio e terreno ao patrimônio da União, se o Instituto se dissolver sem ser substituído por entidade da mesma natureza e com iguais objetivos (art. 2.º);

c) poderá ser revogada judicialmente a doação por iniciativa da União, se o Instituto modificar fundamentalmente o seu objetivo (art. 2.º, parágrafo único).

Convém esclarecer que o prédio e o terreno em apreço estão sendo utilizados, gratuitamente, há vários anos, pelo Instituto Cônego Monte, cuja obra em prol do menor abandonado é verdadeiramente digna da ajuda do poder público.

Tendo em vista o alto objetivo social da doação, e considerado que o Serviço do Patrimônio da União, consultando a respeito, nada objetou, opinamos favoravelmente ao projeto.

Sala das Comissões em 10 de agosto de 1955. — Cesar Vergueiro, Presidente. — Ary Vianna, Relator. — Fausto Cabral. — Heitor Medeiros. — Alfredo Duailibe. — Paulo Fernandes. — Antônio de Barros. — Novaes Filho. — Mathias Olympio.

Parecer n. 961, de 1955

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 27.427,50 para atender ao pagamento do aluguel das salas ocupadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Relator Sr. Ary Viana.

O projeto em exame, de iniciativa do Poder Executivo, autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr\$ 27.427,50, para atender ao pagamento do aluguel correspondente aos meses de abril, maio e junho de 1952 das salas ocupadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, no edifício de "A Noite".

O referido pagamento deixou de ser atendido na época própria, por ter o Tribunal de Contas negado registro a despesa correspondente.

Trata-se, entretanto, de dívida regularmente assumida e cuja liquidação deve ser feita mediante crédito especial.

Assim a Comissão de Finanças nada tem a opor à aprovação do projeto.

Sala das Comissões em 10 de agosto de 1955. — Cesar Vergueiro, Presidente. — Ary Viana, Relator. — Fausto Cabral. — Heitor Medeiros. — Alfredo Duailibe. — Paulo Fernandes. — Antônio de Barros. — Novaes Filho. — Mathias Olympio.

Parecer n. 962, de 1955

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 90, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 35.100,00 para pagamento a Arnaldo de Azevedo Estrela, como indenização de serviços prestados à administração pública.

Relator: Sr. Ary Vianna

O projeto em exame, de iniciativa do Poder Executivo, autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr\$ 35.100,00, como indenização de serviços prestados à administração pública, pelo Professor Arnaldo de Azevedo Estrela, que, no período de janeiro a setembro de 1947, regeu a cadeira de apreciação musical no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico.

Segundo esclarece o citado Ministério, esta despesa deixou de ser atendida no exercício em que foi assumida, em virtude de não ter sido processada, em tempo, a renovação do contrato do referido Professor, o que, entretanto, não impediu que o mesmo continuasse a lecionar e atender, que os alunos não deixaram de ser educados com a falta de mestre e em

atenção ao apelado Diretor do Conservatório de Canto Orfeônico.
Nestas condições, opinamos favoravelmente ao projeto.
Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1955. — Cesar Vergueiro, Presidente. — Ary Vianna, Relator. — Antônio de Barros. — Paulo Fernandes. — Alfredo Duailibe. — Heitor Medeiros. — Fausto Cabral. — Novaes Filho. — Mathias Olympio.

Pareceres ns. 963 e 964, de 1955

N.º 963, de 1955

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1955, que retifica, sem ônus, a Lei n.º 2.368, de 9-12-54, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1955.

Relator: Sr. Ruy Palmeira

O presente projeto, de autoria do Ilustre Deputado Uriel Alvim, retifica a lei orçamentária vigente, corrigindo alguns enganos que prejudicam a sua perfeita execução.

O texto enviado pela Câmara, entretanto, não oferece a clareza exigida pela técnica legislativa, pois deixa de caracterizar os anexos e discriminar as rubricas do Orçamento que pretendem retificar, além de omitir a emenda de sua Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, aprovada em sessão de 22 de junho último, relativamente à subvenção em favor da Escola Primária junto ao Posto Agropecuário de Caldas, conforme se verifica do "Diário do Congresso", Seção I, página 3.552.

Com o objetivo de sanar tais falhas e atendendo a emendas apresentadas pelos dignos Senadores Bernardes Filho, Novaes Filho e Kerginaldo Cavalcanti, relativamente à retificação de nomes de entidades beneficiárias com subvenções nos ranchos dos Ministérios da Agricultura, Educação e Cultura e Saúde, apresentamos a seguinte emenda substitutiva:

EMENDA N.º 1-C

Art. 1.º. substitua-se pelo seguinte:
Art. 1.º São feitas as seguintes retificações na Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1955:

ANEXO N.º 17 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Verba 3 — Serviços e Encargos.
Consignação 2 — Auxílio e Subvenções.

Subconsignação 03 — Subvenções extraordinárias.

Onde se lê:

14 — Minas Gerais.

14 — Minas Gerais.

Onde se lê:

14 — Minas Gerais.

Associação Rural de Caldas para o parque de exposição. — Cr\$ 950.000,00.

Exposição de Uvas e Vinhos da Associação Rural de Caldas, para a construção de recinto permanente. — Cr\$ 350.000,00.

Leia-se:

14 — Minas Gerais.

Associação Rural de Caldas para o parque de exposição. — Cr\$ 1.300.000,00.

Onde se lê:

Escola Primária junto ao Posto Agropecuário de Caldas.

Leia-se:

Escola Primária junto ao Posto Agropecuário de Caldas, a cargo da

Onde se lê:
14 — Minas Gerais.
Associação Rural de Governador Valadares.
Leia-se:
Associação Rural do Vale do Rio Doce, Governador Valadares.

ANEXO N.º 18 — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Verba 3 — Serviços e Encargos.
Consignação 2 — Auxílio e Subvenções.

Onde se lê:

Subconsignação 02 — Subvenções ordinárias.

18 — Pernambuco.

Escola de Corte e Costura Ambrósio Florêncio — Caruarú.

Leia-se:

Subconsignação 02 — Subvenções ordinárias.

18 — Pernambuco.

Escola de Corte e Costura Ambrósio Florêncio de Almeida — Caruarú.

Onde se lê:

03 — Subvenções extraordinárias.

15 — Pará.

Casa do Cristo Saculote para filhos menores de tuberculosos.

Leia-se:

03 — Subvenções extraordinárias.

15 — Pará.

Casa do Cristo Saculote — Belém, para filhos menores de tuberculosos.

Onde se lê:

Subconsignação 03 — Subvenções extraordinárias.

19 — Piauí.

Associação de Proteção à Infância Desamparada de Jaicós.

Leia-se:

Subconsignação 03 — Subvenções extraordinárias.

19 — Piauí.

Associação de Proteção à Infância Abandonada de Jaicós.

Onde se lê:

Subconsignação 03 — Subvenções extraordinárias.

16 — Paraíba.

Instituto Silvino Cabral da Nobrega — Santa Luzia — Cr\$ 80.000,00.

Ginásio Silvino Cabral — Santa Luzia — Cr\$ 20.000,00.

Leia-se:

Subconsignação 03 — Subvenções extraordinárias.

16 — Paraíba.

Instituto Silvino Cabral da Nobrega — Santa Luzia — Cr\$ 100.000,00.

Onde se lê:

03 — Subvenções extraordinárias.

22 — Rio Grande do Norte.

Associação de Proteção aos Surdos Mudos — Natal — Cr\$ 10.000,00.

Instituto de Proteção aos Cegos e Surdos Mudos — Natal — Cr\$ 20.000,00.

Leia-se:

03 — Subvenções extraordinárias.

22 — Rio Grande do Norte.

Instituto de Proteção aos Cegos e Surdos Mudos — Natal — Cr\$ 30.000,00.

ANEXO N.º 24 — MINISTÉRIO DA SAÚDE

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 2 — Auxílio e Subvenções.

Subconsignação 03 — Subvenções extraordinárias.

22 — Rio Grande do Norte.

Onde se lê:

Abriço Dispensário Professor Pedro Gurgel Calco — Cr\$ 50.000,00.

Amigos Dr. Pedro Gurgel — Calco — Cr\$ 50.000,00.

Leia-se:

Abriço Dispensário Professor Pedro Gurgel Calco — Cr\$ 100.000,00.

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Patá — Cr\$ 100.000,00.

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Patá — Cr\$ 65.000,00.

Leia-se:

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Patá — Cr\$ 165.000,00.

Onde se lê:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi — Cr\$ 50.000,00.
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi — Cr\$ 50.000,00.

Leia-se:
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi — Cr\$ 100.000,00.

Onde se lê:

Liga Contra a Tuberculose — Mossoró.

Liga Contra o Câncer — Natal.

Leia-se:

Liga Mossoroense Contra a Tuberculose — Mossoró.

Liga Northeriograndense contra o Câncer — Natal.

ANEXO N.º 28 — INVERSÕES ESPECIAIS

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis.

Consignação 2 — Obras.

Subconsignação 02 — Prosseguimento e conclusão e sua fiscalização.

34 — Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

19 — Piauí.

Onde se lê:

4) — Para melhoria das condições de navegabilidade do Rio Parnaíba (Piauí-Maranhão), nos cursos superior e inferior do seu afluente Balsas, no Maranhão.

Leia-se:

4) — Para melhoria das condições de navegabilidade do Rio Parnaíba (Piauí-Maranhão), nos cursos superior e inferior, bem como para melhoria do seu afluente Balsas, no Maranhão.

Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis.

Consignação 5 — Dispositivos constitucionais.

01 — Recursos para a defesa contras as secas no Nordeste (artigo 198 da Constituição).

40 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

2 — Construções.

Onde se lê:

7 — Rodovia Teresina — Picos.

Leia-se:

7) — Rodovia Teresina — Picos.

Com a emenda supra, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1955.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1955. — Cunha Melo — Presidente.

Relator: — Ruy Palmeira — Relator.

Kerginaldo Cavalcanti — Paulo Fernandes.

Novaes Filho — Daniel Krieger — Lourival Fontes — Argemiro Figueiredo.

N.º 964, de 1955.

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1955.

Relator: — Sr. Cesar Vergueiro.

O presente projeto, de autoria do Ilustre Deputado Uriel Alvim, retifica, sem ônus, a Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1955, corrigindo o nome de diversas entidades contempladas com subvenções e a rubrica de outras dotações.

Estadando a matéria a Comissão de Constituição e Justiça apresentou uma substitutivo, no qual se fez a modificação dos estímulos e a clareza do seu texto e novas modificações à lei retificada.

ANEXO N.º 29 — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis.

Consignação 5 — Dispositivos constitucionais.

01 — Recursos para a defesa contras as secas no Nordeste (artigo 198 da Constituição).

40 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

2 — Construções.

Onde se lê:

7 — Rodovia Teresina — Picos.

Leia-se:

7) — Rodovia Teresina — Picos.

Com a emenda supra, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1955.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1955. — Cunha Melo — Presidente.

Relator: — Ruy Palmeira — Relator.

Kerginaldo Cavalcanti — Paulo Fernandes.

Novaes Filho — Daniel Krieger — Lourival Fontes — Argemiro Figueiredo.

N.º 964, de 1955.

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1955.

Relator: — Sr. Cesar Vergueiro.

O presente projeto, de autoria do Ilustre Deputado Uriel Alvim, retifica, sem ônus, a Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1955, corrigindo o nome de diversas entidades contempladas com subvenções e a rubrica de outras dotações.

Estadando a matéria a Comissão de Constituição e Justiça apresentou uma substitutivo, no qual se fez a modificação dos estímulos e a clareza do seu texto e novas modificações à lei retificada.

A Comissão de Finanças opina favoravelmente ao projeto, nos termos da emenda substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1955. — Cesar Vergueiro, Presidente e Relator. — Novaes Filho — Antônio de Barros — Paulo Fernandes — Alfredo Duailibe — Heitor Medeiros — Ary Vianna — Mathias Olympio — Fausto Cabral.

Parecer n.º 965, de 1955

Da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei na Câmara n.º 136, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00, para atender aos prejuízos causados pelo tufão nos municípios da zona norte do Estado de Santa Catarina.

Relator: Sr. Antônio de Barros.

O presente projeto, originário da Câmara, onde foi apresentado pelo deputado Antônio Carlos, autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), para atender aos prejuízos causados pelo tufão ocorrido na noite de 18 de maio de 1955, nos municípios da zona norte do Estado de Santa Catarina.

Justificando a proposição, diz seu autor que teve em mira atender a um apelo recebido da região norte de Santa Catarina, varrida por violento tufão, que ocasionou consideráveis prejuízos materiais e, também, pessoais, sendo as culturas da zona totalmente arrasadas.

Trata-se, pois, de verdadeiro caso de calamidade pública, diante do qual o Poder Público não pode ficar indiferente.

Nestas condições, tendo em vista o disposto no artigo 75, parágrafo único, da Constituição, esta Comissão opina pela aprovação do projeto.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1955. — Cesar Vergueiro — Presidente. — Antônio de Barros — Relator. — Paulo Fernandes — Novaes Filho — Alfredo Duailibe — Heitor Medeiros — Fausto Cabral — Ary Vianna — Mathias Olympio.

Pareceres ns. 966 e 967, de 1955

N.º 966, de 1955

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 9, de 1955, que aprova o contrato celebrado entre o Arsenal de Marinha e a firma Pereira de Magalhães & Cia. Ltda.

Relator: — Sr. Gilberto Marinho

Havendo o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro instalado uma nova usina termo-elétrica, e tornando-se necessária a demolição do prédio onde se achava instalada a antiga foi autorizada pelo senhor Ministro da Marinha a abertura de concorrência pública para a venda global da mesma.

Considerada como mais conveniente a proposta da firma Pereira de Magalhães & Cia. Ltda. a contestação foi celebrado contrato. Remetido este ao Tribunal de Contas, foi-lhe negado registro, sob o fundamento:

a) de não terem sido juntado o original do recibo da caução e a certidão da lei de dois terços;

b) de não terem sido apresentadas prova de que os signatários do contrato ainda eram os diretores da Sociedade.

Ora, como já foi bem pondera a Comissão de Tomada de Contas da Câmara dos Deputados, tratando-se de venda na qual os bens alienáveis só serão entregues após o pagamento

do, por essas razões, julgo que se deve dar validade ao contrato e nesse sentido apresentou o presente projeto.

Opinamos, assim, pela sua constitucionalidade e aprovação.

Sala das Comissões, em 12 de julho, de 1955. — **Argemiro Figueiredo**, Presidente; — **Gilberto Marinho**, Relator; — **Rui Palmeira** — **Daniel Krieger** — **Atílio Vivacqua** — **Benedito Valladares** — **Lourival Fontes**.

N.º 967, de 1955

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 190 de 1955.

Relator: Sr. Novas Filho.

O presente projeto aprova o contrato celebrado entre o Arsenal de Marinha, do Rio de Janeiro e a firma Pereira de Magalhães & Cia. Ltda., para alienação de uma usina termoeletrica.

Apresentando a hipótese, o Tribunal de Contas da União decidiu, pela recusa do registro do contrato sem aprovação pelo Poder Judiciário, e não sendo cumpridas as seguintes exigências constantes de diligência:

a) apresentação, não só do resumo original da caução, como também certidão da lei dos dois termos;

b) prova de que os Srs. Eduardo Pereira de Magalhães e Antônio Pereira de Magalhães eram diretores da Sociedade na data da assinatura do ajuste, uma vez que, de acordo com a alteração do contrato social o mandato dos mesmos teria expirado anteriormente.

2.ª A Comissão de Tomada de Contas da Câmara dos Deputados houve por bem, alterando o decurso do Tribunal, mandar registrar o contrato em referência, entendendo que as exigências formuladas tinham caráter meramente formal, não alterando ou comprometendo a sua substância. Entendeu ainda que, tratando-se de uma alienação, na qual os bens alienados só serão entregues após o pagamento do preço, convenienciado, o conteúdo do instrumento contratual não sofreria qualquer alteração com a dispensa das formalidades aludidas.

3.ª De inteiro acordo com as considerações expendidas pelo ilustrado órgão técnico da outra Casa do Congresso, somos pela aprovação do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1955. — **Cesar Vergueiro**, Presidente. — **Novas Filho**, Relator. — **Antonio de Barros**. — **Paulo Fernandes**. — **Alfredo Duailibe**. — **Heitor Medeiros**. — **Ary Vianna**. — **Fausto Cêbral**. — **Matthias Olympio**.

Pareceres: ns. 968, 969, 970 e 971, de 1955

N.º 968, de 1955

Da Comissão de Saúde Pública, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 42-55, que dispõe sobre a regulamentação do § 4.º, art. 153, da Constituição Federal.

Relator: Sr. Vivaldo Lima.

Sobre este projeto de lei que, nesta Casa, tomou o número 42-55, e que visa à regulamentação do parágrafo 4.º do artigo 153 da Constituição Federal, apenas se deseja a audiência das Comissões de Saúde Pública e Finanças.

Na tramitação pela Câmara baixou o projeto original, de autoria do nobre Deputado Uriel Alvim, que data de 16 de maio de 1951, foi atentamente estudado pelas Comissões de Constituição e Justiça, Saúde Pública e Es-

tais, que o tornam, na redação atual, perfeitamente aceitável, por esta Comissão técnica, e, ao apuro, de nada ter que acrescentar.

E, então, no que respeita aos pareceres daqueles órgãos, especializados da Câmara dos Deputados, de modo particular, o do Deputado Vander Alc. Bergaria, da Comissão de Saúde, assumindo o caráter de uma matéria em tela, constituindo as melhores e mais apreciáveis páginas deste processo, merecedores, em toda o seu teor, dos mais justos elogios.

Assim sendo, cumpre o grato dever de recomendar a proposição, em causa, ao voto dos nobres componentes deste plenário técnico.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1955. — **Sylvio Guano**, Presidente. — **Vivaldo Lima**, Relator. — **Guilherme Malaquias**.

N.º 969, de 1955

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 42-55.

Relator: Sr. Júlio Leite.

O presente projeto, de autoria do Deputado Uriel Alvim, dispõe sobre a regulamentação do § 4.º do artigo 153 da Constituição Federal, que assim dispõe:

“A União, nos casos de interesse geral indicados em lei, auxiliará os Estados nos estudos referentes às águas termominerais de aplicação medicinal e no aparelhamento das estâncias destinadas ao uso delas.”

A proposição, convincentemente justificada pelo seu autor — por sinal, um perfeito conhecedor do problema, define o que sejam estâncias hidrominerais, dispondo sobre a limitação das áreas que devam compreender.

O cumprimento daquele preceito constitucional está a exigir medidas urgentes, pois a verdade é que, no que tange às nossas estâncias hidrominerais, pelo menos em sua maioria, tudo nela está ainda por fazer.

Urge, sem dúvida, por isso mesmo, sejam reaparelhadas as nossas estâncias, o que possibilitará a formação de uma rede hidroclimática de grande interesse para a saúde do povo, para o turismo e para a economia pátria.

Na Câmara, mereceu a matéria pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde Pública e Especial, instituída para examiná-la, tendo todas elas recomendado o mérito da iniciativa do Deputado Uriel Alvim.

No Senado, a Comissão de Saúde Pública manifestou-se, igualmente, a favor da proposição.

Ressaltam do exposto, a conveniência e a oportunidade da medida, em estudo.

Assim, esta Comissão opina pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 5 de julho de 1955. — **Fernandes Tanora**, Presidente. — **Júlio Leite**, Relator. — **Alô Guimarães**. — **Juracy Magalhães**.

N.º 970, de 1955

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 42-55.

Relator: Sr. Neves da Rocha.

De autoria do Deputado Uriel Alvim, dispõe o projeto de lei ora em exame sobre a regulamentação do § 4.º do artigo 153 da Constituição Federal, cujo texto está assim redigido:

“A União, nos casos de interesse geral indicados em lei, auxiliará os Estados nos estudos referentes às águas termominerais de aplicação medicinal e no aparelhamento das estâncias destinadas ao uso delas.”

O projeto que recebeu aprovação das Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde Pública e de Finanças da Câmara já mereceu, igualmente, pareceres favo-

ráveis das Comissões de Saúde e Economia do Senado.

O autor da oportuníssima iniciativa justificou-a exaustivamente com a autoridade de antigo administrador de uma das estâncias hidrominerais do Estado de Minas Gerais.

Como é sabido, já autor da Constituição atual, o Código de Águas Minerais determinava que o Governo expediria oportunamente uma lei concedendo favores às estâncias hidrominerais.

Em seus diversos artigos trata o projeto, como lei complementar, sobre a concessão de estâncias hidrominerais, sobre a limitação das suas áreas bem como de estudo o que lhe integra como estabelecimentos balneários, hotéis, parques de águas, logradouros públicos, etc.

Em seu artigo 3.º o projeto trata do concurso da União, visando ao aparelhamento das referidas estâncias.

E por todos reconhecida a importância econômica dos parques hidrominerais para o Brasil.

Até hoje, entretanto, seu aproveitamento não se deu em condições técnicas e econômicas, como o exige o desenvolvimento do turismo nacional e os reclamos da ciência e da saúde pública.

Regulamentando o disposto no texto constitucional, o Projeto n.º 42, de 1955, vem propiciar a codificação de critérios normativos para a ação do Poder Público nesse setor.

Parceira, porém, que para adoção de medidas públicas, visando à aplicação objetiva da lei, se faz necessária a previsão dos indispensáveis recursos financeiros com que possam contar os diversos órgãos do Governo para a execução dos convênios que deverão firmar com os Estados no campo do aprimoramento do nosso parque hidromineral.

Somos, assim, favorável ao projeto com a seguinte emenda:

EMENDA N.º 1-C

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo:

Art. — O Poder Executivo consignará anualmente em sua proposta orçamentária verba própria destinada a dar cumprimento à presente lei, ficando, ainda, autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, a fim de ocorrer as despesas no corrente exercício, resultante da aplicação do disposto no artigo 2.º e seus incisos, bem como no artigo 5.º, de acordo com as seguintes discriminações:

a) ao Ministério da Agricultura, para cumprimento das letras a, b e d e dos incisos I — II — III — IX — X — XI e XII do artigo 2.º, o crédito de Cr\$ 10.000.000,00;

b) ao Ministério da Viação e Obras Públicas, para cumprimento das letras f e g e dos incisos IV, V e VII do artigo 2.º, o crédito de Cr\$ 5.000.000,00; e ao Ministério da Saúde, para cumprimento das letras c e d, do inciso I, do artigo 2.º e do artigo 5.º, o crédito de Cr\$ 3.000.000,00.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1955. — **Novas Filho**, Presidente. — **Neves da Rocha**, Relator. — **Heitor Medeiros**. — **Coimbra Bueno**.

N.º 971, de 1955

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 42, de 1955.

Relator: Sr. Juracy Magalhães

O projeto n.º 42, de 1955, de autoria do Ilustre Deputado Uriel Alvim, dispõe sobre as estâncias termominerais, hidrominerais ou simplesmente minerais, para o efeito do que prescreve o parágrafo 4.º do artigo 153 da Constituição Federal.

Diz o citado dispositivo constitucional que a União, nos casos de interesse geral indicados em lei, auxiliará os Estados nos estudos referentes às águas termominerais de aplicação me-

dical e no aparelhamento das estâncias destinadas ao uso delas.

Define o projeto o que sejam estâncias hidrominerais, dispondo sobre a limitação das áreas que devem compreender a residência, abrangendo as fontes, os estabelecimentos balneários, hotéis, praças de desportos, parques de águas, sítios de passeio e logradouros públicos.

O auxílio a que se refere o § 4.º do artigo 153 da Constituição Federal será concedido pela União através de convênio a serem fixados com os Estados e Municípios, tendo em vista os seguintes fins:

a) elaboração de um plano de melhoramento para cada estância mineral, compreendendo rede de abastecimento d'água, esgotos e demais obras de urbanismo;

b) realização do estudo das águas minerais de aplicação medicinal e execução das obras de captação e adução das mesmas; e

c) construção de hotéis, balneários para as classes menos favorecidas.

Na Câmara dos Deputados, foi o projeto original atentamente estudado pelas Comissões de Constituição e Justiça, Saúde Pública e Comissão Especial tendo recebido nessas comissões numerosas emendas integralmente procedentes e que, afinal mereceram a aprovação do plenário da Câmara.

No Senado, recebeu a proposição em exame, parecer favorável nas Comissões de Saúde Pública, Economia e na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas onde recebeu o projeto uma emenda determinando que o Poder Executivo consignasse, anualmente, na proposta orçamentária, verba própria destinada a dar cumprimento aos dispositivos do projeto, abrindo ainda um crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, a fim de ocorrer as despesas no corrente exercício com a execução da lei.

As nossas estâncias hidrominerais para onde convergem permanentemente fortes correntes turísticas quer nacionais quer estrangeiras, estão quase completamente abandonadas pela falta de recursos financeiros não oferecendo o conforto necessário para o incremento de maiores correntes turísticas. O auxílio financeiro da União é uma necessidade e um imperativo constitucional que até o presente não foi ainda regulamentado.

Nestas condições, a Comissão de Finanças opina favoravelmente ao Projeto e à emenda da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1955. — **Cesar Vergueiro**, Presidente. — **Juracy Magalhães**, Relator. — **Novas Filho**. — **Antonio de Barros**. — **Paulo Fernandes**. — **Alfredo Duailibe**. — **Heitor Medeiros**. — **Ary Vianna**. — **Fausto Cêbral**. — **Matthias Olympio**.

Pareceres ns. 972 e 973, de 1955

N.º 972, de 1955

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 1955, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e a Escola de Enfermagem S. Francisco de Assis.

Relator: Sr. Gilberto Marinho.

O projeto de Decreto Legislativo em apreço, como se verifica da emenda, aprova a decisão do Egrégio Tribunal de Contas, que recusou o registro ao contrato celebrado entre a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e a Escola de Enfermagem S. Francisco de Assis, para a criação de uma escola de ensino para a formação de enfermeiros, tendo estabelecido de plano.

Pelo acôrdo convençionado seria atribuída a essa Escola um auxílio de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) destinado a equipamentos, nos termos de um plano de aplicações previamente estabelecido. O Tribunal fundamente recusou a sua recusa nas seguintes razões:

a) alguns dos documentos essenciais, exigidos por lei, foram expedidos em nome da sociedade mantenedora, isto é, Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis, e não no da contratante;

b) nos estatutos da primeira não há menção alguma, dentre as instituições que mantêm, à Escola de Auxiliares de Enfermagem;

c) a certidão positiva referente ao cumprimento da lei dos dois terços não parece referir-se à contratante, pois lhe dá como domicílio a cidade de Porto Alegre e não São Leopoldo.

Do exame do processo se conclui que andou acertado aquele Colendo Tribunal, tanto mais que medida alguma foi tomada pela repartição contratante para interpor qualquer recurso contra o despacho denegatório.

Somos pela constitucionalidade e pela aprovação do decreto legislativo em tela.

Sala das Comissões, em 12 de julho de 1955. — *Cunha Mello*, Presidente. — *Gilberto Marinho*, Relator. — *Rui Palmeira*. — *Atílio Vivacqua*, vencido. — *Benedicto Valladares*. — *Louival Fontes*. — *Daniel Krieger*. — *Argemiro Figueiredo*.

N.º 973, de 1955

Da Comissão de Finanças — sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 1955.

Relator: Sr. Novaes Filho

Em sessão de 30 de dezembro de 1954, o Tribunal de Contas recusou registro ao contrato celebrado entre a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura e a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, para encargos da manutenção daquele estabelecimento de ensino.

A negativa de registro do contrato em apêço baseou-se em que ele se encontrava desacompanhado da documentação própria.

2. Acólhendo tais motivos, a Câmara dos Deputados, através de seu organismo técnico competente, acompanhou o decidido pelo Órgão de Contas, encaminhando após o processado ao exame desta Casa, onde tomou o n.º 32, de 1955.

3. Endossamos os motivos exarados pelo Tribunal e pela Câmara. Realmente, encontra-se incompleta a documentação exigida, em contratos dessa natureza. Os documentos existentes dizem respeito exclusivamente à instituição mantenedora — Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis — e não à contratante, cujo nome, de resto, está incompleto, e cujo domicílio é a Cidade de Porto Alegre, e não São Leopoldo, como se encontra indicado.

Basta a enunciação desses motivos para, ao nosso ver, comprometer a sorte do contrato.

O presente projeto aprova o ato denegatório do Tribunal de Contas, por cuja aprovação ora nos pronunciamos.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1955. — *Cesar Vergueiro*, Presidente. — *Novaes Filho*, Relator. — *Antônio de Barros*. — *Paulo Fernandes*. — *Alfredo Dualibe*. — *Heitor Medeiros*. — *Ary Miranda*. — *Fausto Cabral*. — *Mathias Olympio*.

Pareceres ns. 974 e 975, de 1955

N.º 974, de 1955

Da Comissão de Segurança Nacional, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954, que restaura direitos dos atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante.

Relator: Sr. Esperidião de Farias.

As categorias funcionais de praticante de piloto, praticante maquinista, praticante motorista e praticante comissário da Marinha Mercante, foram extintas por força do Decreto-lei n.º 1.766, de 10 de novembro de 1939.

O art. 74 do Decreto n.º 31.143, de 18 de julho de 1952 facultou aos integrantes dessas categorias a obtenção da carta de 2.º piloto, 3.º maquinista-motorista e 2.º comissário desde que fossem obedecidas as condições ali especificadas. Fixa, porém, como limite de tempo para a habilitação a essas promoções o ano de 1953, no período correspondente à 2.ª época do curso de especialização criado no Decreto citado, oportunidade em que se extinguíram definitivamente aquelas categorias funcionais.

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Senador Mozart Lago propõe a promoção a 2.º piloto dos atuais praticantes de piloto. A vista do disposto no art. 74 do Decreto-lei número 31.143, citado, não mais existe a categoria de praticante de piloto, pois os seus integrantes devem-se ter habilitado à promoção a 2.ª piloto na forma ali disposta. Para os que não se habilitaram, esgotado o prazo ali fixado, a extinção se consumou. Nesta parte nada há que revogar, desde que o disposto naquele artigo já produziu inteiramente os seus efeitos. Parece caber, agora, ao judiciário o exame da possibilidade de aquisição de direitos decorrente do exercício da função por dez anos ou mais.

Pelo exposto pode-se concluir que a matéria constante do projeto escapa às atribuições específicas da Comissão de Segurança Nacional, cabendo seu estudo à Comissão de Constituição e Justiça à qual propomos o encaminhamento do projeto.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1954. — *Onofre Gomes*, Presidente. — *Esperidião de Farias*, Relator. — *Roberto Glasser*. — *Sylvio Curvo*.

N.º 975, de 1955

Da Comissão de Finanças — sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954.

Relator: Sr. Novaes Filho

O Projeto de Lei n.º 40-54, que se propõe a restaurar direitos dos atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante, já foi objeto de estudos por parte de várias Comissões desta Casa.

Atendendo a requerimento por mim formulado em 23 de março do corrente ano, na qualidade de relator da matéria, o Exmo. Sr. Vice-Almirante Edmundo Jordão Amorim do Valle, titular da Pasta da Marinha, no ofício n.º 1.722, de 27-6-55, pronunciou-se contrariamente à proposição.

A justificação, apresentada pelo eminente autor do projeto em causa fundamenta-se em dois itens:

1.º — A Marinha Mercante Nacional se acha em crise a falta de 2.ºs Pilotos;

2.º — Os atuais Praticantes de Pilotos contam mais de 10 (dez) anos de exercício na função de 2.º Piloto e são portadores de medalhas e diplomas de Guerra.

Quanto ao item 1.º, perde ele a sua razão de ser em face da afirmativa do Exmo. Sr. Ministro da Marinha de que já não subsiste a falta de 2.ºs Pilotos. E não é só isso. Adianta S. Excia. que "durante 15 anos vigoraram normas recusando a substituição das cartas de praticante de piloto

pelas de 2.º piloto e só não se beneficiou da faculdade que por ela não se interessou, não provou capacidade profissional nas respectivas provas ou não satisfez os demais requisitos regulamentares".

Quanto ao item 2.º, de acôrdo com o parecer da douta Comissão de Segurança Nacional, não mais existe a categoria de praticante de piloto, nos termos do art. 74 do Decreto-lei n.º 31.143, de 18-7-52, cabendo, talvez, aos que se habilitaram regularmente, o recurso ao Poder Judiciário, tendo em vista a aquisição de direitos decorrentes do exercício da função por dez anos ou mais.

Considerando, pois, as razões acima apresentadas, sou de parecer que a medida proposta não apenas é desnecessária, mas também deixa de consultar os interesses nacionais.

Nestas condições, a Comissão de Finanças opina contrariamente ao Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1955. — *Cesar Vergueiro*, Presidente. — *Novaes Filho*, Relator. — *Antônio de Barros*. — *Paulo Fernandes*. — *Heitor Medeiros*. — *Ary Vianna*. — *Fausto Cabral*. — *Alfredo Dualibe*. — *Mathias Olympio*.

DILIGÊNCIA A QUE SE REFERE O PARECER N.º 975, DE 1955

REQUERIMENTO

Promove o projeto de lei do Senado a segundos pilotos os atuais praticantes de pilotos da Marinha Mercante Nacional que, na conformidade do Decreto n.º 7.191, de 16 de maio de 1941, contem mais de dez anos de exercício nas funções de segundos pilotos e possuam a medalha e o diploma de guerra, referente à última conflagração europeia.

Em circunstâncias parecer da Comissão de Segurança Nacional do Senado, frente a textos legais, realça que as regalias outorgadas a aquelas categorias funcionais já produziram seus efeitos, no que concerne determinação do artigo 74, do Decreto número 31.143, de 18 de julho de 1952, considerando que o prazo para a habilitação às promoções terminou em 1953, e que a extinção se consumou para quantos não se habilitaram em tempo útil, cabendo, entretanto, ao judiciário o exame de aquisição de direitos decorrentes do exercício da função por dez ou mais anos.

O nobre Senador Carlos Lindenberg, designado relator deste projeto, diante do exposto opinou fosse solicitado informações à autoridade competente.

Parecendo-me acertado sua orientação, sugiro o seguinte

REQUERIMENTO

Solicitamos que sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954, sejam ouvidos os órgãos ministeriais diretamente interessados e a Diretoria da Marinha Mercante sobre a conveniência da concessão das regalias de que trata o projeto, bem como o amparo legal e a quanto atingirá a despesa resultante dos favores concedidos. — *Novaes Filho*.

C. F. 12

Em 25 de abril de 1955

Excelentíssimo Senhor Almirante Edmundo Jordão Amorim do Valle — Ministro de Estado dos Negócios da Marinha.

Encontra-se em estudo, nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954, que restaura direitos dos atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante.

Antes, porém, de emitir parecer definitivo, deliberou a Comissão por proposta do Relator, fosse ouvido esse Ministério sobre a conveniência da concessão das regalias de que trata o

projeto, bem como o amparo legal e a quanto atingirá a despesa resultante dos favores concedidos.

Junto envio a Vossa Excelência, devidamente autenticado, o avulso do projeto em apêço.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e consideração.

Atenciosamente — *Alvaro Adolpho*, Presidente da Comissão de Finanças.

N.º 1.722

Em 27 de junho de 1955

Do Ministro da Marinha
Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Assunto — Projeto de Lei número 40-54, do Senado Federal.

1. Em atenção ao Ofício de Vossa Excelência C. F. 12, de 25 de abril último, aprez-me comunicar-lhe que este Ministério se manifesta contrariamente ao Projeto de Lei n.º 40-54, do Senado Federal, que restaura direitos dos atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante.

2. A medida objetivada pela proposição em causa não é justa nem necessária. Não é justa porque durante 15 anos vigoraram normas facilitando a substituição das cartas de praticantes de piloto pelas de 2.º piloto e só não se beneficiou da faculdade porque por ela não se interessou, não provou capacidade profissional nas respectivas provas ou não satisfez os demais requisitos regulamentares; não é necessária porque a falta de segundos pilotos já não subsiste, achando-se os navios devidamente lotados de elementos dessa categoria e prosseguindo em ritmo vigoroso a formação de pessoal de náutica.

3. Assim, o aludido projeto, se convertido em lei, só aproveitaria aos incapazes ou displicentes, aos quais colocaria em igualdade de situação com aqueles que, por esforço próprio e valendo-se da oportunidade que se lhes ofereceu, submeteram-se aos exames, foram aprovados nas respectivas provas e atenderam às demais exigências estabelecidas.

4. No que concerne à despesa que resultaria da eventual aprovação do projeto, cumpre-me esclarecer que esse favor legal não implicaria em qualquer ônus para os cofres públicos.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha estima e distinta consideração. — *Edmundo Jordão Amorim do Valle*, Vice-Almirante — Ministro da Marinha.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Acrísio Corrêa. — *Waldir Bouhid*. — *Sebastião Archer*. — *Mendonça Clark*. — *Jarbas Maranhão*. — *Rui Palmeira*. — *Atílio Vivacqua*. — *Art Viana*. — *Bernardes Filho*. — *Moura Andrade*. (10).

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES:

Novaes Filho. — *Maynard Gomes*. — *Lúcio Bittencourt*. — *Antônio de Barros*. — *João Vilasboas*. — *Othon Mader*. — *Alô Guimarães*. — *Moisés Lupion*. — *Gomes de Oliveira*. — *Saulo Ramos*. — *Daniel Krieger*. — *Armando Câmara* (12).

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente.

Vão ser lidos dois requerimentos mandados à Mesa.

SÃO LIDOS E DEFERIDOS OS SEQUINTE

Requerimento n. 364, de 1955

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

Atendendo à grave situação em que se encontra a Cidade de Ponte Nova, Minas Gerais, em relação ao fornecimento de energia elétrica, dados os péssimos serviços prestados pela Cia. Industrial Oupretana de Tecidos, Força, Luz e Telefones:

Atendendo a que a referida Companhia, apesar das reclamações feitas, cobra taxas fixas demasiadamente elevadas, o que priva a população, em grande parte, do uso da eletricidade;

Atendendo a que, também em relação à indústria, são cobradas taxas fixas elevadíssimas, com grave ônus para o custo da produção;

Atendendo a que, para se beneficiar do regime de taxas fixas, a Cia. até hoje, vem se recusando a fornecer medidores de luz, sacrificando assim o interesse dos consumidores, sujeitos a uma tarifa arbitrária e extorsiva;

Atendendo a que, para favorecer a uma fábrica de alumínio, filiada a um truste Canadense, a referida Empresa interrompe, freqüentemente, o fornecimento de força às indústrias de Ponte Nova, perturbando o seu funcionamento normal e causando grave dano à sua produção.

Requer o abaixo assinado sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura as seguintes informações:

a) se a Divisão de Águas do referido Ministério tem conhecimento dos fatos acima apontados e se temou alguma providência em defesa dos interesses da população de Ponte Nova;

b) se já foram aprovadas as tarifas para fornecimento de energia àquela Cidade e, no caso negativo, qual o motivo da demora;

c) qual o inteiro teor do contrato de concessão firmado entre a Cia. Industrial Oupretana e o Ministério da Agricultura;

d) se o desvio de energia elétrica de Ponte Nova para Saramenha, a fim de beneficiar a fábrica de alumínio ali existente, foi autorizado pelo governo. No caso afirmativo, o teor do ato respectivo.

Rio, 17-8-55. — Lúcio Bittencourt.

Requerimento n. 365, de 1955

Como é do conhecimento desta Casa, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, o Projeto de Lei n.º 3.376-55, que visa alterar a legislação do Imposto de Renda, instituindo uma adicional sobre os chamados lucros extraordinários.

O projeto de lei em apreço cuida, entre seus dispositivos, da reavaliação do ativo das empresas, questão essa que, pela sua indiscutível importância para a vida econômica da Nação, há de ser examinada à luz de dados positivos, resultantes de pesquisas feitas e que permitam apurar os efetivos de desvalorização da moeda e de aumento no custo de vida.

Nessa conformidade e porque estou informado que a Fundação Getúlio Vargas, sempre atenta aos problemas que cuida com a nossa conjuntura econômica, tem realizado inúmeros estudos nesse sentido, requero que a Mesa do Senado oficie ao Presidente daquela Entidade solicitando, sejam fornecidos, se possível, a esta Casa do Legislativo os resultados dos trabalhos levados a efeito sobre a matéria de modo a permitir um seguro pronunciamento nosso sobre o assunto, em prazo tão curto como o impõe a própria natureza do projeto.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1955. — Ezequias da Rocha.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Guilherme Malaquias, inscrito em primeiro lugar.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, há dias tive oportunidade de ler um relatório da Fábrica Nacional de Motores, ficando realmente entusiasmado com a gestão do exercício findo, motivo da publicação referida. Procurei, então, visitar esse estabelecimento, para conhecê-lo em detalhes, e verificar como fora possível obter, em um só ano, resultados tão brilhantes.

A Fábrica Nacional de Motores, há seis anos deficitária, apresentava, no início do ano passado um déficit de 80 milhões de cruzeiros. No entanto já no mesmo exercício, a referida fábrica apresentava um saldo superior a 53 milhões. Possibilitaram esse magnífico resultado, não só o aumento de sua produção como a procedência nacional das peças empregadas nos caminhões. A racionalização do trabalho e o aproveitamento melhor dos resíduos também muito contribuíram para a vitória alcançada. A Fábrica Nacional de Motores, que se dedica, no momento, quase exclusivamente à fabricação de caminhões FNM, licença Alfa-Romeu, era, até pouco tempo, um estabelecimento praticamente de estudo, onde a construção de caminhões não tinha aspecto comercial. Não era, pois, fator industrial prático. Entretanto, no segundo semestre de 1954, a produção foi cinco vezes superior a do primeiro; e nos primeiros seis meses do corrente exercício a fabricação já era dez vezes superior aos semestres anteriores. Fábrica, hoje, a média de duzentos caminhões por mês. Não se trata de estabelecimento do governo semelhante às fábricas de automóveis que se instalam ou pretendem se instalar no Brasil, para a simples montagem de veículos. Não a FNM, na realidade, fábrica, do caminhão o que é possível, até o presente momento, ser feito no Brasil.

A nacionalização começou por etapas e, hoje, já temos mais de 50% do caminhão — quer em peças, quer em custo — fabricados no Brasil. Até o fim do corrente exercício, os caminhões FNM terão 70% de fabricação nacional e, se continuarmos nesse ritmo, teremos, em 1956, um caminhão 100% nacional.

A perspectiva é animadora, porque as grandes fábricas, mesmo na América do Norte, produzem poucas peças de automóveis, restringindo-se a certas peças patenteadas, do motor; as restantes são produzidas por estabelecimentos subsidiários, onde se faz a montagem do veículo o que tem servido de incremento à indústria nacional.

E' de assinalar, com satisfação, que, graças à nacionalização dessa indústria, possuímos, hoje, várias outras, subsidiárias e similares, as quais se aperfeiçoaram na fabricação de peças necessárias ao caminhões, tais como rodas, eixos e a parte elétrica. Diversos estabelecimentos já começaram a explorar esse ramo de atividade, diante do progresso da Fábrica Nacional de Motores.

O fato demonstra que a intervenção e a orientação estatais não são prejudiciais à indústria; muito ao contrário. Não fosse o Governo possuidor de 99% de ações dessa fábrica não poderia o particular manter produção daquele volume, com déficits anuais elevadíssimos, somente com o objetivo de incrementar indústrias subsidiárias.

Os caminhões produzidos pela Fábrica Nacional de Motores são dos mais patentes que trafegam no Brasil. Sua capacidade e de 10 toneladas para carga podendo ainda rebocar 14, atingindo assim o total de 24 toneladas e um baixo consumo de óleo

Diesel. Cada unidade é vendida ao preço de 540 mil cruzeiros.

A Fábrica Nacional de Motores, Senhor Presidente, não se restringe à fabricação de caminhões. Seus dirigentes têm visão mais ampla e patriótica.

A segunda linha de produção abrangê auto-peças, não somente para caminhões, mas, também, para ônibus, veículos coletivos e, até, para bondes, dos quais como cremalheiras, coroa, pinhões, etc.

Embora essa atividade não proporcione, industrialmente, lucro apreciável, faz com que não se paralizem centenas de veículos essenciais à vida de nosso país.

Tudo isto evidencia, mais uma vez que o Estado pôde e deve ter sua indústria, a fim de incentivar e orientar nosso desenvolvimento, nesse setor.

Um particular em face do volume de negócios da fábrica não desviaria parte de sua atenção para produzir peças que oferecem lucro relativo, somente visando a atender as necessidades rodoviárias de nossa terra.

Sr. Presidente, possui, ainda a fábrica, em pleno funcionamento um setor de revisão de motores de aviões, dotado de aparelhagens, as mais modernas e, até de Ralos X, para verificação de possíveis falhas nas peças essenciais do motor.

Tem, outrossim, uma linha agrícola, que se propõe a fabricar tratores, modelo Fiat, de 25 HP. Relativamente a este setor, o Governo devia proporcionar-lhe maior auxílio, visto como, após o contrato com o Ministério da Agricultura, no qual este se compromete a uma grande compra de tratores, a fábrica levou a efeito, estudos e adaptações em seus serviços.

Já foram fabricados tratores, a título experimental. Não podem, entretanto, ser produzidos em série, porque a encomenda daquele Ministério ainda não chegou à fábrica. Continua o Ministério a comprar tratores na América do Norte, ao invés de encomendá-lo à Fábrica Nacional de Motores.

E' uma pena, porque aquele estabelecimento, dentro de um período de três anos, poderia fabricar cem por cento nacionais, com uma produção mensal de mil unidades, o que representaria mais uma independência econômica e uma sangria e menos em nossas divisas.

Além do aspecto industrial da fábrica, devemos assinalar a segura orientação comercial, por ela adotada. No presente ano, haverá apreciável distribuição de dividendos pois o lucro, ascenderá a mais de trinta milhões de cruzeiros, mesmo pagando-se todas as dívidas, que se acumulavam, há seis ou sete anos.

Sr. Presidente, além desses aspectos, aqueles que, como nós, se batem pelo trabalho e se interessam pelas questões sociais, ficam satisfeitos de ver a harmonia e a compreensão perfeita entre os dirigentes e os operários do estabelecimento.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira — V. Exa. há pouco referiu-se aos caminhões produzidos, no Brasil, pela Fábrica Nacional de Motores. Visitando o Estado de São Paulo, tive oportunidade de entrar em contato com os industriais, que se utilizam dessas máquinas e recebi, em agrado, a informação de que os caminhões ali produzidos são tão bons ou melhores do que os fabricados no exterior. Assim, no momento em que o nobre colega salienta o papel desempenhado pela indústria nacional, folgo em registrar que, inegavelmente, as máquinas construídas no Brasil preenchem, com segurança, sua finalidade.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Agradeço o aparte de V. Exa. Falando como homem conhecedor dos problemas do Brasil, traz o testemunho dos industriais de São Paulo de que os caminhões FNM, são tão bons quanto os melhores, estrangeiros.

Constitui imensa satisfação para todos nós saber que a Fábrica Nacional de Motores produz u'a média de duzentos caminhões por mês, veículos esses tão necessários ao transporte do interior para as grandes capitais.

Chamo ainda a atenção do nobre Senador Lima Teixeira, que tanto se interessa pelos problemas agrícolas, para a produção, em série de tratores numa proporção de mil unidades mensais.

Seria esta uma das maneiras de nacionalizarmos nossa agricultura, sem o desvio de divisas para o estrangeiro.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Perfeitamente.

O Sr. Lima Teixeira — Este, aliás, o aspecto mais importante. Inegavelmente, não há agricultor em condições de adquirir tratores pelos preços por que são vendidos. Só através da fabricação dessas máquinas, no Brasil, proporcionaremos aos homens do campo facilidades no sentido de as poderem comprar por preços acessíveis, incentivando-se e estimulando-se a produtividade.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa. Excelência.

Sr. Presidente, o aspecto social da Fábrica Nacional de Motores trouxe-me satisfação imensa. Vi, repito, a harmonia perfeita existente entre operários e dirigentes; a lealdade com que ali trabalham; e, principalmente, o que é interessante é a participação nos lucros, como incentivo à produção.

Li os dizeres de inúmeros cartazes, afixados nas dependências da fábrica, nos quais despertava no operário, o interesse pela fabricação e pelo trabalho.

Alguns, bastante sugestivos, estavam concebidos mais ou menos nos seguintes termos: "Ajude a aumentar o bolo, para fazer crescer a sua fatia ou "Economize, da fábrica, porque economizará o que é seu".

Realmente, o trabalhador tem a convicção de que o estabelecimento lhe pertence e se entusiasma pelo seu progresso. Em todas as paredes há gráficos mostrando o aumento da produção, da renda, enfim, o resultado prático da atividade do operário.

Os Diretores realizam reuniões constantes, com os operários, mostrando-lhes a orientação do estabelecimento, o que se precisa fazer, como economizar, para juntos, todos trabalharem em prol do ideal comum: do desenvolvimento e o progresso da fábrica.

O Sr. Lima Teixeira — Isto, aliás, é próprio do paulista. Quando ele toma a decisão de trabalhar por qualquer cometimento, o faz com amor e dedicação, esforçando-se em ressaltar sua capacidade de trabalho.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Mais uma vez, aceite V. Exa. os meus agradecimentos.

Sr. Presidente, não se restringe somente a esse aspecto a ação da Fábrica Nacional de Motores.

Nos terrenos circunvizinhos, onde se localizam pequenos sítios e granjas, exerce ela ação benéfica, favorecendo sítiantes, através de serviços sociais, remédios, assistência médica e agrônomo, que lhes propiciam orientação agrícola, semente, enfim tudo de que necessitam para prover-lhes a subsistência, de vez que o estabelecimento está situado a 30 ou 40 quilômetros do centro da cidade.

Sr. Presidente, só estabelecimentos como a Fábrica Nacional de Motores podem ter ação tão ampla, sem prejudicar-lhes a parte financeira.

A prova dista é que o lucro, no exercício passado, foi de ordem de 50 milhões de cruzeiros, sendo que, do presente ano, deverá ultrapassar aquela cifra.

Verifica-se, portanto, que a indústria pode apresentar margem de lucro suficiente, e, ao mesmo tempo, assistência social perfeita.

As questões que ali ocorrem só são motivadas por injustiças sofridas pelos trabalhadores. Na Fábrica Nacional de Motores não tive oportunidade de notar — em conversa com vários operários — recalques, as reclamações, levadas à sessão plenária da Diretoria, são eles resolvidos de comum acordo.

Em alguns países da Europa — foi o que observei — apenas os regimes socialistas adotam sistema semelhante à participação do operário nos lucros das empresas — são premiados os operários que oferecem sugestões para melhoria do serviço, como ocorre na Fábrica Nacional de Motores. Há também reuniões conjuntas da direção com os operários. Essa conquista do trabalhador de outras terras, já delas, gozam os nossos trabalhadores.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex. um aparte?

O Sr. GUILHERME MALAQUIAS — Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Tive ocasião de observar que se passa em várias organizações paulistas. Fábricas há em que o operário melhora de custo de vida. A Prefeitura, por um salário de acordo com a elevação do de seus Departamentos acha-se habilitada a informar o percentual do aumento do custo de vida; e essas os salários, nessas empresas são estabelecido em função de sua elevação. Observar, ainda, estudando o problema de assistência social, aos trabalhadores que, no particular, o Estado de São Paulo mantém situação privilegiada em relação aos outros Estados da Federação.

O Sr. Cunha Mello — Permite V. Ex. um aparte?

O Sr. GUILHERME MALAQUIAS — Com muito prazer.

O Sr. Cunha Mello — Pelo Brasil em fora — se V. Ex. assim desejar — observará que a iniciativa particular realiza, em matéria de assistência social, os mesmos benefícios e favores concedidos pelo Governo. Em Pernambuco, a Usina Catende mantém uma escola de escoteiros, das mais perfeitas que temos em matéria de assistência social. Outras fábricas brasileiras dão ao trabalhador assistência tão boa, quão melhor, que a do Governo. A participação do empregado nos lucros das empresas foi inaugurada, entre nós, logo após a Revolução de 1930, no Estado do Piauí, pelo então Interventor Landry Sales. Aplicou-a na Usina Elétrica dessa Usina e realizou milagres. O do Estado. Fez os empregados sócios mecôu desde logo a dar lucros. Os empregados tornaram-se verdadeiros amigos do serviço e grandes colaboradores na sua produção. A participação dos empregados nos lucros das empresas, quando patão e trabalhadores, são bons, opera milagres.

O Sr. GUILHERME MALAQUIAS — Agradeço o aparte de V. Ex. É a demonstração de que têm razões de sobre aqueles que, como nós, julgamos que a participação dos empregados nos lucros das empresas só beneficiará as indústrias.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex. um aparte?

O Sr. GUILHERME MALAQUIAS — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex. defende tese realmente admirável, perfeitamente exequível, entretanto, tem ela encontrado da parte dos políticos — não sei se bem ou mal intencionados — grande oposição. Objeções, com isso, demonstrar que a campanha do General Juarez Távora, em pros da necessidade de se introduzir a participação dos empregados

nos lucros das empresas, é tese socialista, quase bolchevique. E, todavia, a única providência capaz de harmonizar o capital com o trabalho.

O Sr. GUILHERME MALAQUIAS — V. Ex. tem razão.

O Sr. Fernandes Távora — Quando os industriais compreenderem essa verdade, terão encontrado a harmonia do capital com o trabalho. É a única maneira de consegui-la.

O Sr. GUILHERME MALAQUIAS — V. Ex. tem toda a razão. Essa participação não prejudicará a retirada do industrial e os juros do emprestado do capital. Permitirá ao operário apenas participar do lucro excedente para o qual concorreu com seu trabalho.

A participação nos lucros das empresas, e a maneira mais prática e racional de se incrementar a produção da indústria nacional. Ao contrário do que pensam alguns capitalistas, os lucros de produção não arará, ela vai, para os nossos pais.

O Sr. Domingos Velasco — Permite V. Ex. um aparte?

O Sr. GUILHERME MALAQUIAS — Pois não.

O Sr. Domingos Velasco — Tenho lido e ouvido dizer aqui que a participação dos empregados nos lucros das empresas é tese socialista. Não é verdade. Os socialistas não advogam essa participação. Sustentam-na porque, disposição constitucional, deve ser regulamentada. Essa tese, tal como a compreende a burguesia, não é absolutamente socialista. Ao contrário, é repulsa.

O Sr. GUILHERME MALAQUIAS — Agradeço o aparte de V. Ex. Permito-me, entretanto, dizer que as repúblicas socialistas, como a União Soviética, e outras sob seu controle, adotam a participação dos empregados nos lucros das empresas.

O Sr. Domingos Velasco — V. Ex. poderá discutir o problema em outro aspecto. Senão afirmar que os socialistas são partidários da socialização das empresas, o que implica, consequentemente, participação nos lucros, então, somos todos favoráveis; mas não defendemos a forma pura e simples da participação nos lucros, prevista na Constituição.

O Sr. GUILHERME MALAQUIAS — Um governo capitalista não pode socializar indústrias, o que seria irreal. Tem que seguir outro caminho, o qual só poderá ser o do lucro excedente. O regime socialista obriga a participação do trabalhador nos lucros.

O Sr. Domingos Velasco — O ponto de vista defendido pelo General Juarez Távora — participação nos lucros — enquadra-se na doutrina socialista. Se V. Ex. se der ao cuidado de examinar essa questão tal como a entende o General Juarez Távora, verá que S. Ex. pretende entrar na própria estrutura da empresa, quando julga que os trabalhadores têm o direito de fiscalizar seus lucros. Um passo muito mais avançado do que a participação nos lucros, pleiteada por muitos elementos da burguesia.

O Sr. GUILHERME MALAQUIAS — Agradeço o esclarecimento de V. Ex. sobre o aspecto socialista da participação nos lucros, de que me venho ocupando.

Sr. Presidente, a Fábrica Nacional de Motores vem com outras empresas do Governo, como a Companhia Siderúrgica elevando o país no campo industrial.

Felicitos sinceramente os operários daquela fábrica pelo que vêm realizando em prol da indústria autônoma, bilística em nossa terra. Congratulo-me com a direção daquela fábrica, pela orientação segura, patriótica e nacionalista que vem dando a quem estabelece o ponto.

Aproveito a oportunidade para agradecer ao Engenheiro Guilherme Leão Moura o ensejo de conhecer aquela fábrica, que tanto me entusiasma e

que tanto satisfaz aos meus sentimentos de brasileiro. (Muito, bem, Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Tem, a palavra o nobre Senador Caiado de Castro, segundo orador inscrito.

O SR. CAIADO DE CASTRO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, o tradicional matutino carioca, "Jornal do Brasil", decidiu criar uma seção permanente sobre o futuro do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e, há quase dois meses, o ilustre, culto e laborioso jornalista Maciel Pinheiro vem, de forma concreta e objetiva, orientando essa seção informativa sobre a vida da cidade, não só do ponto de vista cultural, como do político, econômico e social.

O meu entusiasmo pelo magnífico trabalho que assim vem sendo realizado, não me permite adiar por mais tempo a satisfação de, na qualidade de carioca e de representante do Distrito Federal, trazer ao conhecimento do Senado a iniciativa, premente e altamente louvável do tradicional órgão de imprensa, merecedora, na verdade, de registro nos anais desta Casa, e de maior atenção por parte do nobre Prefeito do Distrito Federal e da ilustrada Câmara dos Vereadores.

Indiscutivelmente, a importância do IV Centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro faz jus a todos os cuidados dos poderes públicos e, como fato de maior interesse e relevo na história desta metrópole, deve ser, desde já, assinalado perante o governo e o povo, para que, com a devida antecedência, se iniciem os estudos indispensáveis à sua comemoração.

É preciso que os homens públicos da atual geração, vivendo num mundo em que, plausível é traço característico do progresso, não se desculpam de flutuar, com a devida providência, e de prestigiar, como o necessário apoio, o programa da grandiosa apoteose com que povo e governo devem festejar tão significativo acontecimento de nossa evolução política e social, a transcorrer em 1965. Parece-me razoável, que todos nós, cidadãos da República, procuremos atualizar aquela admirável fórmula do Padre Manuel da Nobrega, legítimo fundador de nossa capital, ao anunciar: "Esta terra é nossa empresa".

É necessário que todos nós saibamos compreender o alcance da iniciativa do "Jornal do Brasil", jornal que pelo seu passado de lutas em prol da democracia e das causas populares, por suas lídicas tradições de cultura, por sua ética e equilibrado senso jornalístico, alcançou, com galhardia, um dos postos mais elevados na hierarquia da imprensa brasileira.

Corre-nos também a nós o dever de ir ao encontro e em apoio da campanha patriótica em hora encetada pelo grande matutino, fazendo, desde já, alguma coisa para que se revivam da maior magnificência as futuras comemorações do IV Centenário da Cidade Maravilhosa, nossa bela, generosa e progressista cidade do Rio de Janeiro. Vão acompanhando, nestes dois meses, a intensa divulgação dos documentos mais expressivos dos anais da terra carioca, documentação valiosa, indispensável ao esclarecimento dos fatos marcantes de nossa história, que tiveram lugar aqui, na cidade da montanha e do mar.

O "Jornal do Brasil", fiel às mais legítimas tradições da imprensa de orientação conservadora e patriótica, está recolhendo e publicando, sob a guia do ilustre escritor, trabalhos realmente fundamentais para a compreensão de nosso passado e melhor inspiração para nosso destino.

Esses labor, conseqüente alicando, resulta de pesquisas pacientes e de indagações lúidas sobre os fastos de nossa cidade e de nosso país, arranjando desde os iniciais registros do Padre José de Anchieta primeiro cronista do Rio de Janeiro, através de Jean de Lery, de André Thevet, de Eizarre e Araújo de Balthazar Lisboa, dos Mello, Mofais, pai e filho, de Noronha Santos, Max Fleuss, Ferreira da Risa, Luiz Edmundo e os outros mais recentes.

Com essa providência patriótica e oportuna, tomada pelo "Jornal do Brasil", será possível, sem atropelos nem precipitações, fazermos justiça a todos aqueles que, em outros séculos prestaram relevantes serviços à terra carioca e ao Brasil. Nobrega, Anchieta, Estácio de Sá, Mem de Sá, Gomes Freire, D. João VI, D. Pedro II, Pereira Passos, Paulo Frontin, Osvaldo Cruz, Rêgo Júnior, Pedro Ernesto, para não falar nos que ainda se encontram no rol dos vivos.

O Sr. Gilberto Marinho — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Com muito prazer.

O Sr. Gilberto Marinho — As palavras de V. Ex. a que dou inteiro apoio, merecem a atenção da Casa e dos mais acertados o seu propósito de reclamar a atenção do Senado e do Poder Executivo para essa meritória iniciativa do "Jornal do Brasil", sempre a serviço das causas mais justas, tanto da Capital, da República como da nacionalidade.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Agradeço a V. Ex.

Com os nossos melhores cumprimentos ao "Jornal do Brasil", pela sua bela iniciativa e pelo notável trabalho jornalístico que vem executando, pedimos para o mesmo a atenção das autoridades federais e municipais, principalmente das municipais, lembrando-lhes as palavras dirigidas às tropas portuguesas, no ato da fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565, ali no Morro Cara do Ó, na Urca, pelo mártir Estácio de Sá:

"Levantesmos a cidade, que ficará, por memória de nosso heróismo e de exemplo de valor às vindouras gerações, para usarem a rainha das províncias e o empório das riquezas do mundo."

A grande urbe atual já realizou em magna parte a profética visão de Estácio de Sá, tornando-se a cabeça da nação brasileira, o seu mais ardente foco de cultura, de arte, de ciência e de mundanismo, a jóia mais refulgente da constelação pátria, por sua beleza, sua espiritualidade, sua graça maliciosa, seus encantos mágicos, sua paisagem de sonho, e também, o grande empório comercial da atualidade, o porto de mar familiarizado com todas as bandeiras do tráfico mercantil, um ponto de reunião do turismo internacional e um devaneio na imaginação de todos os peregrinos e viajantes do vasto mundo.

Do prestígio de nossa cidade não é mister dizer mais.

Uma homenagem fácil e útil a prestar-lhe, no programa do IV Centenário poderia ser a confecção de uma antologia ou florilégio no qual se recolhessem os louvores autorizados que mereceu dos estrangeiros ilustres que a visitaram no curso de seu glorioso fadário.

Mas este renome constitui um encargo, um estímulo a mais para que nós, desvelados no sentido de transformar as festas de 1965 numa mostra maravilhosa de todas as facetas do gênio carioca.

Importa mobilizar desde já as academias, os arquivos, os museus, as bibliotecas, as pinacotecas, as discotecas, como exemplifica o "Jornal do Brasil", para a preparação de um desfile original e magistoso dos quatro séculos de suas vitórias e lutas,

bem, como das numerosas exposições destinadas a valorizar e mostrar suas conquistas materiais e espirituais de quatrocentos anos de trabalho.

Deve-se constituir, quanto antes, uma comissão de personalidades de destaque em nossa cultura para organizar as linhas mestras desse programa.

Aos próximos Prefeitos incumbir a tarefa de ir aparelhando a cidade para a visitação durante os festejos.

Ao Departamento de Turismo da Prefeitura caberá um papel de suma responsabilidade na propaganda do grandioso acontecimento.

A indústria hoteleira, as agências de turismo, as companhias de navegação, o teatro e o cinema nacional, os concursos para seleção de livros, quadros e esculturas comemorativas, o movimento de sugestões para cenários, diversões, procissões civis, tudo deve ser convocado para criação do estado de alma coletivo ao diapasão da soberba festividade.

Orlão de Janeiro é um orgulho do Brasil e do hemisfério ocidental, uma das mais deslumbrantes criações da civilização na área tropical.

A comemoração do seu IV Centenário encontra-se a caminho de se tornar uma das dez mais importantes metrópoles do mundo, e certamente a mais formosa delas; deve ser realizada com o brilho vinífero, tanto pelos valores espirituais como pelos resultados práticos que de tal iniciativa procederão.

Por isso, Sr. Presidente, é que me animo a juntar a minha voz modesta, porém suplicante, à campanha oratória pelo "Jornal do Brasil", seguro de que outras mais autorizadas e prestigiosas virão dentro em breve, avolumar o corpo de apelos, sugestões e providências para que, num labor metódico e fecundo de dez anos, a coberto de nossas costumesas impermissões, nos coloquemos à altura das responsabilidades implícitas na comemoração do IV Centenário da leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. (Muito bem, muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Termina a palavra ao nobre Senador Apolônio Sales, terceiro orador inscrito.

O SR. APOLÔNIO SALES: **PROMUNCIA E DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.**

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lida uma redação final chegada à Mesa.

E' LIDO O SEQUINTE:

Paróer n.º 976, de 1955.

Da Comissão Diretora: Redação final do Projeto de Resolução n.º 13, de 1955, que nomeia Jaime Teixeira Neto para exercer o cargo de Adjunto de Administração do Senado Federal. Relator: Sr. Gomes de Oliveira. Aprovado pelo Senado em reunião de 12 corrente, esta Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 13, de 1955, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO
N.º

O Senado Federal resolve:
Artigo único — E' nomeado, de acordo com a alínea "e" do art. 61 do Regimento Interno, Jaime Teixeira Neto para exercer o cargo de Adjunto de Administração, Nível II, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala da Comissão Diretora, em 16 de agosto de 1955. — Nereu Ramos, Presidente. — Gomes de Oliveira, Relator. — Carlos Lindenberg. — Ezechias da Rocha. — Prisco dos Santos.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que pede dispensa de publicação para a redação final que acaba de ser lida. (Pausa)

E' LIDO E APROVADO O SEQUINTE:

Requerimento n.º 366, de 1955

Requerio dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução n.º 13, de 1955. Sala das Sessões, em — Mathias Olympio.

O SR. PRESIDENTE:

De conformidade com o voto do Plenário, ponho em discussão a redação final de que trata o requerimento aprovado.

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa) Encerrada.

Em votação:

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Aprovada.

O Projeto vai à promulgação.

Sobre a mesa um requerimento de urgência que vai ser lido. (Pausa)

E' LIDO O SEQUINTE:

Requerimento n.º 367, de 1955

Nos termos do artigo 158, § 3.º do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara 132-55, que retifica, sem ônus, o orçamento vigente da União.

Sala das Sessões, em 17-8-55. — Benedito Valladares. — Julio Leite. — Caiado de Castro. — Mathias Olympio. — Reginaldo Fernandes. — Arão Leão. — Mário Motta. — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido será votado ao fim da ordem do dia.

Continua a hora do expediente. Não há mais oradores inscritos. (Pausa)

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1955, oriundo da Câmara dos Deputados, que aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1951, tendo pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 910, de 1955, e da Comissão de Finanças, sob n.º 911, de 1955.

O SR. PRESIDENTE:

A votação é secreta.

Vai-se proceder à chamada.

As esferas brancas aprovam o Projeto e, as pretas, o rejeitam. (Procede-se à chamada)

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM OS SRS. SENADORES:

Vitaldo Lima — Mourão Vieira — Cunha Melo — Prisco dos Santos — Arão Leão — Mathias Olympio — Mendonça Clark — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Apolônio Sales — Freitas Cavalcanti — Julio Leite — Louvat Fontes — Neiva da Rocha — Lima Teixeira — Carlos Lindenberg — Ari Vianna — Sá Trindade — Paulo Fernandes — Guilherme Miquelins — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Cesari Vergueiro — Domingos Velasco — Coimbra Bueno — Costa Pereira — Heitor Medeiros — Alberto Pasqualini (31).

O SR. PRESIDENTE:

Votaram 31 Senhores Senadores, com o Presidente, 32. Há número. Vai-se proceder à apuração.

São recolhidas 61 esferas que, apuradas, dão o seguinte resultado:

Brancas 4..... 30
Pretas 1..... 1

Manifestaram-se pela aprovação 30 Srs. Senadores e 1 contra.

Está aprovado o Projeto.

PROJETO APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 3, de 1955

(N.º 1.431-A-51, na Câmara)

Aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1951.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1951, na forma dos arts. 66, item VIII, e 87, item XVII, da Constituição Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 707, de 1955, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 392, de 1955, que reorganiza e dá nova denominação à Procuradoria-Geral da Fazenda Pública do Ministério da Fazenda, consolidando suas atribuições e dispõe sobre o pessoal que a compõe, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 845, de 1955, favorável à emenda de redação apresentada em plenário (com voto em separado do Sr. Daniel Krieger).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação:

O SR. CUNHA MELLO:

(Parecer encaminhado à votação) — (Não foi lido pelo orador) — Senhores Presidentes, a aprovação dessa emenda pelo Senado vai abrir perigos ao presente, qual seja se em redação final alterar o resolvido pelo plenário.

A emenda altera substancialmente o projeto aprovado pelo plenário. Na Comissão de Constituição e Justiça o assunto foi muito controvertido. A Comissão ficou dividida em dois grupos: de um lado ficaram cinco de seus membros e de outro quatro. A emenda em verdade, chega até a alterar o texto constitucional. Lerei ao Senado o parecer vencido do nobre Senador Daniel Krieger e solicito aos meus colegas que, baseados no mesmo, rejeitem a emenda, cortando, assim, cerca a possibilidade de, em redações finais, se alterar a substância, a essência e conteúdo de projetos votados pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Ademais se aprovada, subirá à sanção presidencial Projeto que, na substância e no conteúdo, não foi o votado pelas duas Casas do Congresso.

O Senado não pode abrir tal precedente. Ainda há poucos dias Vossa Excelência tomou a deliberação de não aceitar determinada emenda por que alterava a proposição.

Vou ler o parecer do ilustre Senador Daniel Krieger, cuja ausência lamentamos, pois se aqui estivesse teria as razões de interdefenderia com o brilho e erudição de sua palavra. Ele servirá de fundamentação as minhas razões.

Está o mesmo assim redigido:

O Senador Atílio Vivacqua apresentou a seguinte emenda ao parágrafo único do art. 21:

Parágrafo único. Os funcionários, acima referidos, quando no exercício de cargo público por mais de cinco anos, sem nota que os desabone, são, estáveis nos termos do art. 188, II, da Constituição Federal.

Peço a atenção para os dois textos. Basta cotejá-los para se chegar à conclusão de que há alteração no votado pelo plenário. O texto aprovado pelo Senado está assim redigido:

"Parágrafo único. — Os funcionários acima referidos, quando no exercício do respectivo cargo por mais de cinco anos, sem nota que os desabone, são estáveis nos termos do artigo 188, item II da Constituição Federal."

A modificação contida na emenda com a troca das palavras "respectivo cargo" por "cargo público" altera sensivelmente o dispositivo aprovado. O texto, que a emenda pretende substituir, confere estabilidade ao funcionário, após cinco anos no exercício do mesmo cargo. O texto proposto outorga essa estabilidade, após cinco anos no exercício de cargo público, ampliando a concessão dessa garantia e criando a possibilidade da mesma ser adquirida, em certos casos, apenas com o ato de posse.

Além, a demonstração cabal de que a emenda altera o dispositivo aprovado emerge dos próprios argumentos usados pelo eminente autor para justificá-la.

"A estabilidade na forma do artigo 188, da Constituição, diz respeito ao serviço público, e não ao cargo, conforme preceitua o artigo 82, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei n.º 1.711, de 28-10-52)."

A subemenda à emenda número 3, aprovada, declara em seu parágrafo único, em conflito com o preceito constitucional, que os funcionários nela referidos, "quando no exercício do respectivo cargo por mais de cinco anos, sem nota que os desabone, são estáveis nos termos do artigo 188, da Constituição Federal."

Não se coaduna, pois, com o preceito constitucional cujo sentido alcança fixados no aludido dispositivo do Estatuto (art. 82, § 2.º).

Há, portanto, manifesta contradição entre o dispositivo do projeto e artigo 188 da Constituição, invocados no próprio texto.

Embora o mérito nada significue para o efeito de ser admitida ou rejeitada emenda de redação, devemos de vez que o texto aprovado resultou de subemenda da Comissão de Constituição e Justiça, acentuar a sua indiscutível constitucionalidade. O critério aceito pelo projeto, para a concessão da estabilidade é o adotado pelo eminente Pontes de Miranda, em seus comentários ao artigo 188, Volume 5, fls. 244:

"A Constituição de 1946, não disse que, pra os tempos de serviço do art. 188, se contarão os tempos de serviço de outras entidades políticas, nem sequer os tempos de serviço na mesma entidade política. Os dois anos do art. 188, I, e os cinco anos do art. 188, II, são os de exercício no cargo de que se trata, e não em outro; salvo se houve transferência, ou aproveitamento, em cargo de natureza e vencimento compatíveis com o que o funcionário pôs em disponibilidade segundo o art. 189, parágrafo único da Constituição de 1946 ocupava. Se o funcionário não era estável, se torna tal após um dos tempos de serviço do artigo 188, I e II: no cargo, para o qual foi transferido, mas por

vido inicialmente, o funcionário público só adquire o pressuposto de estabilidade após dois anos, se fez concurso, ou após cinco, se o não fez, de exercício do cargo".

Em síntese, o Regimento Interno do Senado no artigo 147, § 2.º assim dispõe: "Nessa discussão poderão ser apresentadas emendas de redação, desde que não alterem nenhuma das disposições".

Admite o regimento a apresentação de emendas de redação, mas exige como condição, para que elas possam ser aceitas, que não alterem nenhuma das disposições aprovadas. Ora, a emenda apresentada modifica substancialmente conforme foi demonstrado e se evidencia do simples confronto dos textos, o dispositivo aprovado. A sua rejeição é, pois, um imperativo regimental.

Sala das Comissões, em 5 de julho de 1955. — Daniel Krieger, Relator.

Sr. Presidente, não preciso acrescentar mais argumentos, mesmo porque não estariam ao alcance, depois do parecer judicioso e erudito do nobre Senador Daniel Krieger. A admissão do precedente vai abrir outros mais judiciais; viria ensejar motivo para leis inconstitucionais, porque inconstitucional é a Lei que altera, por emenda de redação, projeto votado pelo Senado, de vez que modifica também, o dispositivo constitucional.

Era o que tinha a dizer, solicitando ao Senado que rejeite a emenda. (Muito bem; muito bem).

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(Para encaminhar a votação). (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não obstante o alto conceito em que tenho o ilustre Senador Cunha Melo, cujos brilhantes pareceres sou o primeiro a ressaltar frequentemente; não obstante, ainda, a consideração máxima que me merece o nobre Senador Daniel Krieger — voto divergente — inclino-me, com a maioria da Comissão, pela aprovação da emenda sugerida pelo preclaro colega, Senador Atílio Vivacqua.

Dois foram as razões que a isso me moveram — uma, a do precedente aberto nesta Casa.

Já o Sen.º aceitou emenda de redação que, de certo modo, alterou, não digo na substância, mas formalmente a disposição do Projeto, permitindo que um contra-almirante se visse enquadrado nos favores constantes da proposição em debate.

O plenário, dando entendimento mais elástico, não se circunscreveu, apenas, ao texto rígido da lei, emprestando-lhe vida, dando-lhe modalidade que melhor se compreendesse no espírito das realidades.

Aberto tal precedente também nos pareceu, dada a penia dos ilustres opositores, que a melhor doutrina, aquela que deve ser, com efeito, plasmada pela jurisprudência, é a que se inclina no sentido de amparar a todos os servidores públicos, contando-lhes o tempo de serviço para todos os efeitos legais.

O Sr. Cunha Melo — Permite-me V. Ex.º um aparte? (Assentimento do orador) — A Constituição manda contar todo o tempo de serviço somente para o efeito de aposentadoria.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Isto, porém, não exclui, como ia dizendo, nobre colega, que a lei ordinária possa, sem violência à Constituição, conceituar em situações diferentes, qualquer outra circunstância, enfim, ampliando os benefícios à classe.

Sempre manifestei certa idiossincrasia a essa modalidade canhestre de conceituar o serviço público em detrimento do servidor.

Não me interessa — e, creio, esta seria a doutrina mais consentânea

— saber se o funcionário serviu no Departamento de Agricultura, no da Fazenda ou em outro Ministério qualquer. O que me interessa — por entender fundamental — é que realmente haja servido à Nação.

Vou mais além: abranjo no serviço público aquele prestado ao Estado e ao Município, num conceito, portanto, mais geral, mais unilateral e ampliado essa noção do direito administrativo.

A emenda redacional formulada pelo nobre Senador Atílio Vivacqua não feriu frontalmente qualquer dispositivo da Constituição, nem mesmo os termos do nosso Regimento Interno.

O que fez foi dar a uma situação que não se mostrava sólida as normas realmente convenientes, assegurando ao funcionário, o servidor público, o amparo, o benefício legal, desde que conte com certo número de anos de serviço.

Por esta razão que a Comissão de Constituição e Justiça desprezou o ponto de vista, aliás muito respeitável, de colegas nossos, para situar o debate, e, conseqüentemente, sua decisão, dentro do aspecto sócio-político, muito mais justificável do que aquele, em que se estribaram nossos opositores, incontestavelmente mais rígidos dentro da interpretação doutrinária e constitucional.

O Sr. Cunha Melo — Permite V. Ex.º um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com todo o prazer.

O Sr. Cunha Melo — A argumentação de V. Ex.º seria procedente somente no caso de o assunto da emenda transformar-se em projeto a ser votado separadamente. Jamais, porém, admitir-se a inovação de emendas, embora de redação, a projeto já votado pelo Senado.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — A questão, Sr. Presidente, de constituir a emenda uma inovação, apesar de não se encontrar presente seu douto autor, nos tornaria muito tempo, porque, a meu ver, como no da maioria da Comissão, inovação propriamente dita não houve. O que houve, com efeito, foi emprestar a Comissão, através da sua faculdade interpretativa, significação mais humana e conveniente a um dispositivo de lei, arrimando-se, sobretudo, em precedente já aprovado pelo Senado, não faz muito tempo, e do qual muitos dos Srs. Senadores que, ainda se encontram fazendo parte desta Casa, devem estar lembrados.

O Sr. Cunha Melo — Meu precedente, aliás.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não foi mal precedente, como supõe meu ilustre colega mas, ao contrário, um precedente de política legislativa dos mais inteligentes e hábeis, para contornar situação difícil.

Os que perquirem o fenômeno no terreno do direito judiciário, através a Constituição dos EE. UU., ficarão, à primeira vista, surpreendidos. Ali, a interpretação dos juizes tem adquirido uma expressão de tamanha vitalidade, que possibilitou àquela Nação até hoje existir sem uma reforma ampla de sua Constituição. Enquanto no Brasil, todos os dias, os nossos salvadores querem, por todos os meios a reforma da Constituição, como se, dentro do plano de ideais e concepções humanas, algum dia pudéssemos chegar a uma situação definitiva, os norteamericanos, com espírito mais prático e, portanto, melhormente dentro da realidade, não se afastaram da sua velha Constituição, oferecendo-lhe, quando muito, pequenas emendas, para adaptá-las a certas circunstâncias de caráter excepcional, impositivas da própria evolução e da decorrência do tempo.

O Sr. Cunha Melo — Permite V. Ex.º um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com todo o prazer.

O Sr. Cunha Melo — A argumentação de V. Ex.º está brilhante, erudita, mas fora de propósito. Que se faça uma lei, mais ou menos liberal, dando-se à Constituição esta ou aquela interpretação, é plausível; procurar, através emenda, alterar a redação final de projeto já votado, não é possível. Embora brilhante, a argumentação de V. Ex.º, está fora do caso em foco, não se situa na matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Meu nobre colega, tenho em alta consideração os apertes de V. Ex.º.

O Sr. Cunha Melo — É recíproca a consideração.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) — Informo ao nobre orador de que está findo o tempo de que dispunha.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, já que V. Ex.º me adverte, com a autoridade do nosso Regimento...

O SR. PRESIDENTE — Sobre tudo do relógio...

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Tudo que está esgotado o tempo de que dispunha, espero que o Senado aprove a emenda formulada pelo nobre Senador Atílio Vivacqua.

A meu ver, ela nem fere a Constituição, assegurando direito respeitável, e atende ao que, ainda há pouco, chamei de situação de política legislativa, de que só o Senado é, realmente, juiz, capaz de, a respeito, se manifestar, dentro da consciência que cabe a cada um de nós. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda. Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está rejeitada.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação requerida pelo nobre Senador pelo Rio Grande do Norte.

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovaram a emenda. (Pausa).

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que votaram a favor da emenda e levantar-se os que a rejeitam. (Pausa).

Manifestaram-se pela aprovação, 9 Senhores Senadores e pela rejeição, 16. Não há número.

Vai-se proceder à chamada.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUAL RESPONDEM OS SENHORES SENADORES

Vivaldo Lima, Mourão Vieira, Cunha Mello, Prisco dos Santos, Arêa Leão, Mendonça Clark, Onofre Gomes, Fernandes Távora, Kerginaldo Cavalcanti, Georgino Avelino, João Arruda, Argemiro de Figueiredo, Apolônio Sales, Ezequias da Rocha, Freitas Cavalcanti, Júlio Leite, Lourival Fontes, Neves da Rocha, Juracy Magalhães, Lima Teixeira, Carlos Lindenberg, Art Viana, Paulo Fernandes, Guilherme Malaquias, Caiado de Castro, Gilberto Marinho, Cesar Verqueto, Domingos Velasco, Coimbra Bueno, Costa Pereira, Heitor Medeiros, Nereu Ramos, Alberto Pasqualini, (33)

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 33 Senhores Senadores.

Vai-se renovar a votação.

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovam a emenda. (Pausa).

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que a aprovaram e levantar-se os que a rejeitam. (Pausa).

Votaram a favor 12 Senhores Senadores, e contra 21.

A emenda foi rejeitada.

EMENDA REJEITADA

Redija-se o parágrafo único do artigo 21 (emenda n.º 2 à redação final):

"Parágrafo único. Os funcionários acima referidos, quando no exercício de cargo público por mais de cinco anos, sem nota que os desabone, são estáveis nos termos do art. 188, II, da Constituição Federal".

O SR. APOLONIO SALES, PARA DECLARAÇÃO DE VOTO, PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o redação final. Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

E' aprovada a redação final constante do seguinte

PARECER

N.º 707, de 1955

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 372, de 1953.

Relator: Sr. Heitor Medeiros.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexas) das emendas do Senado ao Projeto de Lei n.º 372, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados, com a necessária complementação da emenda.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1955. — Júlio Leite, Presidente. — Heitor Medeiros, Relator. — Alô Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 707-33

Redação Final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 372, de 1953, que reorganiza e dá nova denominação à Procuradoria Geral da Fazenda Pública do Ministério da Fazenda, consolida suas atribuições e dispõe sobre o pessoal que a compõe e dá outras providências.

EMENDA N.º 1

Ao art. 8.º (Emenda n.º 1). De-se a este artigo a seguinte redação:

"Art. 8.º Os cargos isolados de Adjunto do Procurador Geral da Fazenda Pública e Procurador da Fazenda Federal nos Estados passarão a denominar-se Procurador da Fazenda Nacional e serão providos, em caráter efetivo — quando vagos — mediante concurso de provas e títulos, entre Bacharéis em Direito de comprovada idoneidade moral e com prática forense de mais de quatro anos.

§ 1.º Serão em número de 11 (onze) os cargos de Procuradores da Fazenda Nacional no Distrito Federal.

§ 2.º Ficam efetivados nos cargos de Procurador da Fazenda Nacional de 1.ª Categoria os ocupantes interinos do atual cargo de Adjunto do Procurador Geral da Fazenda Pública que, à data da publicação desta lei, tiverem mais de 2 (dois) anos de exercício no cargo e mais de 10 (dez) anos de serviço público".

EMENDA N.º 2

Ao art. 21 (Subemenda da Comissão de Constituição e Justiça às emendas de ns. 3, 4, 8 e 14).

De-se a este artigo a seguinte redação:

"Art. 21. São extensivos ao Conselho Geral da República, aos Consultores Jurídicos dos Ministérios e do Departamento Administrativo do

Serviço Público bem como aos Assistentes Jurídicos do Serviço Público Federal, no que fôr cabível, as disposições da presente lei, com exceção da remuneração pro-labore, devida aos Procuradores da Fazenda, expressa em percentagens sobre a arrecadação.

Parágrafo único. Os funcionários acima referidos quando no exercício do respectivo cargo por mais de 5 (cinco) anos — sem nota que os desabone — são estáveis nos termos do art. 188, item II, da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE:

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Na forma do Regimento Comum, designo o nobre Senador Julio Leite para, naquela Casa do Congresso, acompanhar o estudo das emendas do Senado.

Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 220, de 1955) do Projeto de Resolução n.º 7, de 1955, que exonera, nos termos do artigo 75, item 1, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, do cargo de Oficial Legislativo, Nível 11, Eleozina Martinez Silva.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Nenhum Sr. Senador fazendo uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final, queiram permanecer sentados (Pausa).

E' aprovada e vai à promulgação a redação final constante do seguinte

PARECER

N.º 920, de 1955

Da Comissão Diretora:

Redação final do Projeto de Resolução n.º 7, de 1955, que exonera Eleozina Martinez Silva, Oficial Legislativo, Nível 11, da Secretaria do Senado Federal.

Relator: Sr. Carlos Lindenberg.

Tendo o plenário aprovado, sem emenda, o Projeto de Resolução número 7, de 1955, que exonera Eleozina Martinez Silva, apresenta, esta Comissão a redação final do citado projeto, nos termos seguintes:

RESOLUÇÃO

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' exonerada, nos termos do art. 75, item I, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União), o Oficial Legislativo, Nível 11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Eleozina Martinez Silva.

Sala da Comissão Diretora, em agosto de 1955. — Nereu Ramos, Presidente. — Carlos Lindenberg, Relator. — Gomes de Oliveira. — Esquivias da Rocha. — Prisco dos Santos.

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, de 1954, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o termo do acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio Grande do Norte, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Município de Angicos, tendo pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 859, de 1955; e da Comissão de Finanças, sob n.º 860, de 1955.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto, queiram conservar-se sentados (Pausa).

E' aprovado e vai à Comissão de Redação o seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 98, de 1954

(N.º 4.718-A, de 1954, na Câmara)

Aprova o termo do acordo celebrado entre o Governo da União e o do Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o termo do acordo celebrado em 29 de julho de 1953, entre o Governo da União e o do Estado do Rio Grande do Norte, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Município de Angicos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1955, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o termo de contrato celebrado entre o Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A., para construção do Quartel da Guarda Territorial na Capital do Território; tendo pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 861, de 1955; e da Comissão de Finanças, sob n.º 862, de 1955.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Nenhum Sr. Senador fazendo uso da palavra, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

E' aprovado e vai à Comissão de Redação o seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 11, de 1955

(N.º 5.047-B-1955 na Câmara)

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado, em 21 de outubro de 1954, entre o Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A., para construção do Quartel da Guarda Territorial na capital do Território.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Esgotada a matéria da ordem do dia.

Em votação o Requerimento número 367, apresentado na hora do expediente, pedindo urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1955.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

O projeto figurará na ordem do dia da segunda sessão ordinária.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, o inscrito para essa oportunidade.

O SR. GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE SERA PUBLICADO DEPOIS.

Durante o discurso do Sr. Gilberto Marinho, o Sr. Nereu Ramos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Lindenberg.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais orador inscrito. (Pausa).

Ninguém pedindo a palavra, vou encerrar a sessão designando para a de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1955, que acrescenta quatro parágrafos ao art. 78 da Constituição Federal. Parecer contrário, sob n.º 893, de 1955, da Comissão de Reforma Constitucional.

2 — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1955, oriundo da Câmara dos Deputados, que aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1952. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 912-55; da Comissão de Finanças, sob n.º 913, de 1955.

3 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 922, de 1955) do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 383, de 1952, que autoriza o Poder Executivo a doar dois terrenos foreiros à Associação Damas de Caridade, com sede em Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul.

4 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 923, de 1955) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 299, de 1953, que concede isenção de tributos a um órgão, imagens e outros materiais destinados à Comunidade Evangélica de Ibirubá, à P. M. C. Pinheiros, à Igreja de São João de Tauape, à Matriz de Sumaré e à Associação Maternidade de São Paulo.

5 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 942, de 1955) do Projeto de Lei da Câmara n.º 144, de 1954, que concede a subvenção anual de Cr\$ 1.300.000,00 à Sociedade Literária Padre Antônio Vieira de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

6 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 924, de 1955) do Projeto de Lei da Câmara n.º 53, de 1955, que concede a pensão especial de Cr\$ 2.400,00 mensais a Corina da Rocha Paraiso Godinho.

7 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 928, de 1955) do Projeto de Lei do Senado n.º 3, de 1954, que modifica o Decreto-lei n.º 9.375, de 4 de setembro de 1946, que consolida a legislação relativa ao Instituto de Resseguros do Brasil e dá outras providências.

8 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 930, de 1955) do Projeto de Lei do Senado n.º 930, de 1955) do Projeto de Lei do Senado n.º 67, de 1954, que dá novas normas ao trabalho da Junta Especial do Ensino Livre.

9 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 935, de 1955) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e João Martins do Rêgo, para fins de irrigação agrícola em sua propriedade denominada "Vamos Ver", situada à margem esquerda do Rio Poti, Município de Teresina, Estado do Piauí.

10 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 925, de 1955) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 35, de 1954, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda., para construção do prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Inhué, no Estado do Ceará.

11 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 937, de 1955) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 51, de 1954, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Ministério da Agricultura e a firma Serviços Aerofotogramétricos Cruzelro do Sul S. A., para execução dos serviços de levantamento aerofotogramétrico no Parque Nacional de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro.

12 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 938, de 1955) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 78, de 1954, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o acordo celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Sergipe, visando a execução de obras, equipamentos e aquisição de imóveis para o Instituto de Tecnologia e Pesquisas do referido Estado.

13 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 939, de 1955) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 90, de 1954, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o acordo celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Sergipe, visando a execução de obras, equipamentos e aquisição de imóveis para o Instituto de Tecnologia e Pesquisas do referido Estado.

14 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 940, de 1955) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 1954, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Limitada, para construção do prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Curu, no Estado do Ceará.

15 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 927, de 1955) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 99, de 1954, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia. Ltda., para a construção do prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica da cidade de Alto Rio Doce, no Estado de Minas Gerais.

16 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 941, de 1955) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 1955, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Legião Brasileira de Assistência para locação de grupos do Edifício L.B.A., situado à Avenida General Justo número 275, lote 13.

17 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 940, de 1955) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1955, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o termo de contrato celebrado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e Clodoaldo de Oliveira Camargo para desempenhar, no Serviço Agro-Industrial do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a fun-

ção de agrônomo especializado em genética vegetal.

18 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 926, de 1955) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 36, de 1955, que aprova as Convenções concluídas em Genebra, sob os auspícios do Comité Internacional da Cruz Vermelha.

Está encerrada a sessão.
Levanta-se a sessão às 16 horas e 40 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR CUNHA MELLO NA SESSÃO DE 10 DE AGOSTO DE 1955.

O SR. CUNHA MELLO:

— Presidente, senhores senadores: Na Comissão de Constituição e Justiça, de que tenho a honra de ser Presidente, emiti, em voto de desempate, a minha opinião sobre o veto do Sr. Prefeito ao artigo 154, do Projeto 120-B, da Câmara do Distrito Federal. Entendi, discordando do veto, que abono especial aos servidores municipais deveria ser pago desde 1.º de janeiro de 1955.

Sinto-me na obrigação de, neste momento, dar aos meus nobres pares as razões do citado voto de desempate.

Depois do brilhante discurso que o Senado acaba de ouvir, do meu nobre colega senador Kerginaldo Cavalcanti, em defesa do meu ponto de vista, poderia considerar-me plenamente quitado dessa obrigação.

Acontece, porém, que o ilustre representante do Rio Grande do Norte, que ao bem defendeu o meu ponto de vista, contraiu, por mim, perante o Senado, um outro compromisso. Anunciou a minha palavra, declarando que ia falar sobre o assunto fazendo um estudo histórico e doutrinário do instituto, desde as épocas mais remotas até às Constituições modernas.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Disresso muito brilhante como todas essas que V. Ex.ª costuma fazer.

O Sr. Cunha Mello — Obrigado a V. Ex.ª. A minha digressão, a minha palavra, não serão brilhantes. Terão, porém, o maior empenho de corresponder, à deferência de V. Ex.ª, e de demonstrar ao Senado a sinceridade do meu voto de desempate.

Com esse empenho e com essa sinceridade, passo a justificar o meu ponto de vista sobre o assunto, quanto ao veto ao artigo 154, do Projeto 120-B, de 1955, da Câmara do Distrito Federal.

O Sr. Fernandes Távora — E o Senado recebe sempre com muito prazer as opiniões de V. Ex.ª.

O SR. CUNHA MELLO — Muito obrigado a V. Ex.ª.

Sr. Presidente: A história do veto demonstra que ele evoluiu em consonância com os motivos de sua instituição. Transformou-se. A princípio foi uma arma da democracia contra os excessos e abusos do Poder Supremo.

Em suas origens remotas, o veto foi praticado pelos tribunos da plebe, instituídos em Roma, em consequência da retirada do povo para o Monte Agrado, os quais, sentados no vestígio do Senado romano, revisavam as decisões, anulando as deliberações, em uma só palavra: veto (proibo). (Carlos Maximiliano, em: A Constituição de 1891, fls. 444, citando Tito-Lívio, História Romana e Justel Coulange — "Cité Antique").

Nas Constituições monárquicas, na prática dos costumes ingleses, por toda parte, registra Raoul Bompard, no seu livro — "Le Veto du Président et la République et la Sanction Royale" — encontramos a faculdade do rei de sancionar a lei, e por consequência, de negar-lhe a sanção. (Obra citada, fls. 3 — Introdução).

"Voilà donc deux institutions types: la sanction royale, le veto présidentiel. Mais il y a eu des déformations, des succédanés de

ces deux types, et ils se sont produits — précisément — en France". (Obra citada, fls. 4).

Numa observação muito arguta sobre o assunto, sobre a teoria legal dos direitos do Chefe do Estado, na Inglaterra e na América, escreveu o ilustre professor francês:

"Voilà donc la notion de devoir aboutissant à des conséquences opposées."

Pour ne pas troubler la paix publique, pour obéir à la parole expressément ou tacitement donnée par ses prédécesseurs de ne pas résister à la volonté nationale, le roi d'Angleterre a le devoir d'approuver publiquement les bills qui répugnent le plus à sa conscience. Pour remplir le mandat qu'il tient de la nation, pour ne pas trahir sa confiance, le président des Etats-Unis a le devoir de ne ratifier aucun bill que sa conscience désapprouve. (Obra citada, fls. 280).

Nos regimes parlamentares, onde as Câmaras, como diz o citado autor, se supõem inspiradas por um instinto darwiniano, ou pela alta idéia de suas funções, procurando sempre, estender sua ação, o Poder Executivo só tem aquilo que o Legislativo lhe deixa, lhe permite.

Em compensação, a responsabilidade do Chefe do Estado pelos maus atos do Poder Legislativo não existe, não lhe sendo lícito deixar de aprová-los ou retardá-los a sua execução.

A ciência jurídica, segundo o conceito de M. N. Politis, tem por objetivo, consiste no registro dos fatos, na descoberta de sua etiologia, prevendo-se a direção ou o desenvolvimento que os mesmos fatos vão ter.

O estudo do veto ou das sanções das leis é, em essência, o próprio estudo, a história das relações entre os Poderes Legislativo e Executivo do mundo.

Na construção dum governo, liberal e democrático, três grandes escritores tiveram rara predominância:

John Locke, o melhor conhecido e compreendido. Também o mais citado nas colônias norte-americanas.

Montesquieu, o pai da Constituição dos Estados Unidos, cuja obra, sob o título — "L'Esprit des Lois" — é, na expressão de Maurice Maier, uma verdadeira bíblia da filosofia política.

E Blackstone, o expositor de Locke, grande autoridade sobre a Constituição da Inglaterra e suas leis.

A essas três grandes pensadores se deve o fortalecimento do princípio da separação dos poderes, a sua inserção em todas as boas Constituições. (Vide Maurice Maier — "Le veto législatif du Chef de l'Etat", edição de 1948 — fls. 4 e 5), mesmo nas próprias constituições de regimes parlamentares.

Embora reduzido ao propósito dum apelo para um melhor exame da deliberação legislativa, o veto tem toda justificativa.

E diz muito bem Maurice Maier: "D'autres raisons encore militent en faveur de son maintien en régime parlementaire."

Ce n'est pas parce qu'une institution reste unemployée qu'il faut la supprimer; un jour ou l'autre elle peut renaître à la vie, et, utilisée à bon escient, permettre de préserver l'Etat des dangers qui le menacent. Mieux vaut prévoir une institution et ne pas s'en servir, que de l'éliminer et d'en regretter un jour l'absence.

Le droit de veto est un garde-fou contre les excès, toujours redoutables, des Assemblées livrées à elles mêmes. Comme tel, il peut servir la nation en la préservant des entreprises liberticides.

Si l'on garde en mémoire la maxime de Montesquieu:

"Tout homme qui, du pouvoir, est porté à en abuser", l'on doit admettre que le système des freins et des contre-poids est un moyen

d'assurer la liberté en permettant que toujours le pouvoir arrête le pouvoir". (Maurice Maier, obra citada, fls. 260).

O direito de veto, como o direito de procurar impedir as más leis, como apelo a um exame das mesmas por parte dos seus elaboradores, tem a mais compreensível das justificações.

Entre o veto, porém, no conceito antigo, usado em Roma, e o veto das Constituições modernas, ainda se conserva um traço comum:

"a proteção do direito individual e do interesse coletivo contra os abusos e as leis más feitas pelo Poder Legislativo."

Não existe mais, hoje, o veto absoluto, ilimitado.

Modernamente, o veto se resume num apelo ao Congresso para nosso exame de determinados projetos inconstitucionais, deficientes, prejudiciais ao interesse público.

A vezes, por meio dele, reclama-se novo exame de atos hostis ao Poder Executivo, invasores de sua competência.

Na remota tradição do direito constitucional americano, o veto só se praticava em defesa dos princípios constitucionais.

Os seis primeiros Presidentes da América do Norte só vetaram projetos quando os mesmos eram simplesmente inconstitucionais.

O veto era uma faculdade de que se serviam os Presidentes para "preservar, proteger e defender a Constituição". Um meio de que se utilizavam para fidelidade do seu juramento de defendê-la, de cumpri-la. Era, então, uma espécie de controle judicial.

Jackson, em 1832, chegou mesmo a vetar um projeto sobre o qual a Corte Suprema já se havia manifestado, declarando o constitucional.

E a motivação do seu veto foi baseada na inconstitucionalidade do mesmo projeto, feita em linhas gerais nestes termos:

"A opinião dos juizes não tem maior autoridade sobre o Congresso do que a opinião do Congresso sobre os juizes, e, nesse assunto, o Presidente é independente de ambos."

(Vide Octávio Alencar — Sistema do Veto nos Estados Unidos — fls. 150).

A orientação de Jackson, posteriormente, em 1913, foi adotada pelo Presidente Taft, que declarou:

"... que tendo jurado solenemente defender a Constituição, era portanto, do seu dever, vetar até os projetos de constitucionalidade duvidosa."

Nos Estados Unidos, Adams, Jefferson, Madison, Monroe e J. Adams exerceram, moderada e discretamente, o poder de vetar, só considerando os motivos de inconstitucionalidade dos projetos que vetaram. E, em respeito a essa moderação e descrição do exercício do mesmo poder, todos os vetos, apenas nove, foram aprovados pelo Congresso. (Obra citada).

Mas, essa orientação de ser o veto apenas um meio de defender a Constituição, simplesmente, uma espécie de controle judicial, dentro em breve, não encontrando o apoio dos homens da ciência política, foi, aos poucos, sendo abandonada. E então, o poder de vetar passou, dum simples controle judicial a um controle político, de oportunidade, de conveniência do interesse público.

O próprio Presidente Jackson foi quem começou a exercer a faculdade de vetar, não simplesmente motivada na inconstitucionalidade, mas na inoportunidade.

Cleveland e Roosevelt foram os Presidentes americanos que se celebrizaram na prática dessa nova concepção do poder de vetar. Cleveland,

depois do seu grande número de vetos, baseados na conveniência do interesse público, adquiriu grande popularidade. Passou, mesmo, a ser conhecido como o homem do veto.

E, diz muito bem Octávio Alencar, com o advento da era neo-decífica, ficou superado irremediavelmente o ciclo da concepção do veto; apenas como uma arma de legítima defesa do Presidente, na defesa da qual ele devia proceder exclusivamente para, à base do seu juramento,

"Preservar, proteger e defender a Constituição".

No direito constitucional brasileiro, sempre se consagrou o poder do veto.

Na Constituição de 1891, não se declarou, realmente, se o veto poderia ser parcial, isto é, limitado às disposições determinadas desse ou daquele projeto.

Dalí entenderam alguns que, na vigência daquela Constituição, que se referia a projeto não se admitia o veto parcial.

A experiência, porém, desse entendimento, se encarregou de demonstrar o equívoco, o desacerto dessa literal interpretação.

Não era possível que o Presidente da República não pudesse exercer o veto, apenas parcialmente, como medida eficaz e pronta para cortar os enxertos postos em diversas leis, de preferência orçamentárias.

Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes, que se notabilizaram pela autoridade com que exerceram a supremacia magistratura do país, enfrentaram a controvérsia de maneira diferente.

Aquêle, considerando uma lei orçamentária, recheada de enxertos, vetou-a integralmente; esse, como Presidente de Minas Gerais, aprovou um veto parcial do Prefeito de Poços de Caldas.

Hoje, na doutrina brasileira e no nosso direito constitucional, na nossa Lei Magna, o veto parcial não pode mais ser objeto de qualquer controvérsia séria.

As Constituições nossas, de 1934 e 1946, já outorgaram ao Presidente da República, em termos que cortam gerce todas as dúvidas, a faculdade de vetar, no todo ou em parte, qualquer projeto de lei que julgue inconstitucional ou contrário aos interesses nacionais.

O veto presidencial está integrado no nosso regime constitucional, o que acontece em quase todos os países, mesmo nos de regime parlamentar. (Temístocles Cavalcanti — Comentários à Constituição de 1946, fls. 250 — vol. II).

Vai o Senado, de acordo com a Ordem do Dia, da presente sessão, discutir e votar um veto do Prefeito do Distrito Federal, ao projeto de sua Câmara Municipal ao Projeto 120-B, de 1955.

Veto parcial a diversos artigos desse mesmo projeto que se destina:

a) a aumentar, consideravelmente, de 2,60 para 4,00, o imposto de vendas mercantis no Distrito Federal, concorrendo, por tal forma para um maior encarecimento do custo, já angustioso, de vida;

b) a estabelecer normas mais práticas e mais rigorosas de fiscalização das rendas municipais;

c) a autorizar uma emissão de apólice num total de três bilhões de cruzeiros, para liquidar dívidas da Prefeitura, especialmente, resultantes de sentenças judiciais;

d) a execução dum grande plano de obras urbanas e dum metrô;

e) ao pagamento dum abono especial ao funcionalismo público.

Evidentemente são os melhores propósitos determinantes do citado projeto, recheado, como só acontecer de diversas medidas de favor, de interesse pessoal, em parte, louvavelmente, vetadas pelo Prefeito.

Dizemos, em parte, porque algumas, lograram escapar do seu veto. No nosso entendimento, uma melhor fiscalização das rendas municipais, menos nomeações para cargos municipais, alguns regulamentos, estipendios, dariam grande alívio às arrendatárias, finanças municipais do Distrito Federal, sem aumentar impostos, concorrendo para o aumento do custo de vida.

No mesmo projeto 120-B, foram criadas diversas despesas com funcionários, como: funções, gratificações, as quais, dentro de rigoroso e não lateral critério de economia, deveriam ter sido vetadas.

Outras, muitas, medidas, poderiam ser utilizadas pelo honrado e operoso Prefeito atual, poupando-se o povo carioca de maiores vexames. O imposto de vendas, mercantis, ingrato, injusto, é uma arma na mão dos produtores para enriquecerem mais facilmente a custa de maiores dificuldades de empobrecimento dos consumidores.

Não é nosso propósito, porém, examinar, nem discutir os objetivos do Projeto 120-B, nem as consequências desastrosas de sua aplicação. Nada como esperar pela ação do tempo.

Basta que, por enquanto, se registre que, com esse projeto, se agrava ainda mais o custo de vida.

Com ele, se nivelam os impostos sobre gêneros de primeira necessidade aos de artigos de luxo, e, estranhamente, diminuem-se impostos sobre bancos e casas bancárias. Criam-se também algumas despesas mais com pessoal.

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado apenas sobre um dos artigos vetados pelo Senhor Prefeito nos manifestamos quando, naquela Comissão, foi discutido o notável parecer do Senador Novaes Filho.

Fizemo-lo, emitindo, então, voto de desempate entre as duas correntes em que se dividiu a referida Comissão.

Enfileiramo-nos à corrente dos Senadores, que, a respeito desse artigo, recusaram o veto. Somente o nosso voto mereceu certas críticas, que todos conhecemos nas suas origens não dos próprios jornais que a fizeram, mas, de ilustres personagens que a esses jornais servem.

Agora, neste momento, vimos dizer ao Senado as razões do nosso coerente e humano voto de desempate. Na motivação dos seus vetos a diversos artigos do projeto 120-B, de 1955, da Câmara Municipal do Distrito Federal, o Senhor Prefeito não se referiu a qualquer face de inconstitucionalidade dos artigos vetados.

Sustentou, simplesmente, a inoportunidade, a inconveniência dos mesmos artigos.

Colocou-se no papel de defender o Erário Municipal, de cuja defesa tão tardiamente se vem cuidando, ainda assim, muito longe de fazer-se o que se deve fazer.

Senhor Presidente:

O Governo Federal, bem como os Governadores Estaduais e Municipais, por todo o Brasil, face ao encarecimento angustioso das condições de vida, têm concedido aos seus servidores uma melhoria de proventos, a título de abono provisório.

Essa medida foi mandada adotar, no plano federal, até nas autarquias, quase todas em regime deficitário.

Nas empresas privadas, os constantes dissídios são todos os dias resolvidos com aumentos de salários.

São, pois, os abonos concedidos pelo Poder Público, uma providência de proteção, um benefício aos seus servidores.

Datam essas concessões de 1952.

Atualmente, não há quem tenha grandes receitas. Todos temos, mesmo os mais afortunados, grandes despesas. Orçamentos deficitários.

Na administração federal, todos os abonos têm sido dados com retroação,

isto é, mandando-se pagar, meses, e, muitas, anteriores, às suas concessões. Ainda, recentemente, votou o Congresso Nacional diversos créditos para ocorrer a despesas com pagamentos de tais abonos, concedidos nestes termos. Ainda ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado, um parecer favorável à concessão de abono a funcionários aposentados da Secretaria do Senado, proposição que tem seu fundamento no art. 193 da Constituição Federal.

Reconhecendo, a justiça da concessão dum abono especial aos funcionários da Prefeitura do Distrito Federal pelas razões que tão lealmente expôs o Prefeito, todavia, dispôs, da data do início do pagamento, fixado no artigo 154 do Projeto n.º 120-B, de 1955, desde janeiro do ano seguinte.

As razões do veto do Prefeito deveriam, com mais justiça, com mais coerência, com mais humanidade, ser as próprias razões da aprovação do artigo vetado.

Evidentemente, um critério de justiça para a concessão de tal abono, não deve ser o da oportunidade do seu pagamento, na conveniência da Prefeitura, e sim o da época em que esse mesmo pagamento deveria ser feito, tornou-se necessário.

Os problemas de interesse público não podem ser resolvidos sem atender-se na sua solução, ao seu aspecto humano, de equidade, de justiça social. Em regra, os problemas de conveniência pública são problemas sociais.

Colocando no ângulo do interesse da Prefeitura, portanto, lateralmente colocado, o Prefeito só consultou as dificuldades dos cofres municipais, do êxito de sua administração, com as obras que promete fazer.

Abandonou, esqueceu as dificuldades, a miséria dos seus servidores.

Não só abandonou, como, encarecendo com o aumento de impostos, até agravou.

Na contingência afliitiva, decorrente do encarecimento do custo de vida, em que se acham, agora, ainda mais agravado pelo próprio Projeto n.º 120-B, de 1955, os funcionários municipais estão, sob todos os aspectos, equiparados aos federais.

A Constituição Federal de 1946, em seu art. 192, segue essa orientação, pois, para o efeito de aposentadoria, manda computar igual e integralmente, todo o tempo de serviço — federal, estadual e municipal.

A oportunidade, portanto, duma medida de auxílio, de assistência a servidores municipais, tendo-se em vista que eles merecem esse benefício como e pelas razões mereceram os funcionários federais e estaduais, deve ser para eles e para esses, a mesma.

Registre-se que esses — os federais e estaduais — auferem o benefício, desde 1952, enquanto que os municipais o Projeto n.º 120-B, no art. 154, vetado, só lhes dava desde janeiro de 1955.

As dificuldades de uns e outros, de ambos, não vão existir dadora em diante. Já há muito, existem. Cada dia estão mais agravadas.

Ainda agora, repito, vão ser mais agravadas com o aumento excessivo do imposto de vendas mercantis, em verdade, o maior propósito do famoso Projeto n.º 120-B.

Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.ª permita uma retificação. Nas notas que tenho, conta 2, 7, ao invés de 260. Como vê, o aumento foi ainda maior.

O SR. CUNHA MELO — Agradeço o aparte de V. Ex.ª valiosa contribuição às minhas palavras, aos meus argumentos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito obrigado a V. Ex.ª.

O SR. CUNHA MELO — O veto do Prefeito, no tocante à data do início do abono especial aos seus servidores, favor que ele mesmo proclamou de justo, constituiu o assunto das maiores divergências entre os membros da Comissão de Constituição e Justiça,

quando da discussão do parecer do Senador Novaes Filho. Dividiu a concessão.

De um lado, os Senadores Algemiro Figueiredo, Daniel Krieger, Benedito Valadares, e Novaes Filho, aprovaram o veto; do outro lado, os Senadores Rui Palmeira, Gilberto Marinho, Atílio Viçacqua e Kerginaldo Cavalcanti, não o aprovaram.

Coube-me, desempatar a votação, como Presidente da Comissão. Desempatei, solidarizando-me com os que rejeitavam o veto ao citado artigo 154.

Considere-me no dever de assim votar, por coerência com outros votos meus, de todo o Senado, a respeito de abonos, dados pelo Governo Federal, e de créditos para pagá-los, com retroação.

Atendi mais a que, na mesma sessão da Comissão de Constituição e Justiça, se tinha votado a reestruturação dos vencimentos da Magistratura, inclusive do Tribunal de Contas, dando melhoria sensível de vencimentos e mandando pagar atrasados.

Eu próprio, como Procurador do Tribunal de Contas, estou beneficiado nessas reestruturações.

Desempatei em favor dos fracos, dos pequenos servidores da Prefeitura.

Procedi, estou convencido disto, humanamente, e com coerência. O abono especial aos funcionários municipais vai beneficiar os funcionários até Cr\$ 12.500,00 mensais, teto ampliado pelo próprio Prefeito.

O meu procedimento, o meu desempate nada tiveram de surpreendentes, nem de chocantes com o meu procedimento no Tribunal de Contas, onde, a respeito de assuntos congêneres, sempre fui muito liberal e humano.

A minha intransigência, ali, a qual pretendo continuar, aqui, sempre foi contra os que, por meio de desonestos se beneficiam com os dinheiros públicos.

O abono concedido aos servidores municipais, dado, desde Janeiro de 1955, nada tem de desonesto. É um ato de justiça, de coerência, de humanidade.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Aliás, V. Ex.ª permite que eu diga — foi coerente, humano e, também justo, inclusive porque dia em que se discutiu o parecer do Sr. Senador Novaes Filho, o projeto sobre vencimentos da Magistratura, se beneficiaria V. Ex.ª não lhe cabe qualquer responsabilidade. Tratava-se de um projeto de caráter geral. V. Ex.ª procedeu com alta ponderação moral não negando o abono, como fora dado pelo Projeto n.º 120-B, aos servidores municipais, pois, não se votara um aumento da própria remuneração em que V. Ex.ª era também beneficiário. Essa razão de ordem moral, ficou muito bem na motivação do seu voto de desempate.

O SR. CUNHA MELO — Agradeço o honroso aparte de V. Ex.ª.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Foi muito honroso para V. Ex.ª e eu não poderia deixar de dar conhecimento ao Senado da manifestação que me fez V. Ex.ª.

O SR. CUNHA MELO — Acrescento-se que, nesse projeto de reestruturação da magistratura, se manda pagar o aumento concedido retroagindo a prazo superior a um ano.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Faltava esclarecer esse ponto.

O SR. CUNHA MELO — O meu veto, na Comissão de Constituição e Justiça, agora, esclarecido e justificado perante o plenário do Senado, inspirou-se em altas razões de coerência, de equidade, de justiça social.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.ª procedeu com absoluta equidade.

O SR. CUNHA MELO — Agradeço a V. Ex.ª.

Não me inspirei no ponto de vista que adotei, em qualquer propósito pessoal, nem prevenção contra o Senhor Prefeito, de quem faço alto conceito,

O Sr. Fernandes Távora — Com não a tem qualquer dos Senadores.

O SR. CUNHA MELO — As conveniências dos cofres municipais, no caso, não devem prevalecer sobre as necessidades sobre as aflições da vida de muitos milhares dos servidores da Prefeitura do Distrito Federal. Assistindo seus servidores, o Sr. Prefeito teria praticado um ato de justiça e de humanidade.

Decidi-me com coerência, com humanidade. Del não meu voto, o que em muitos casos, tenho dado.

Tem dado também o Senado, sem preocupações com a situação financeira dos cofres federais.

Decidi-me, inspirando-me na necessidade que têm os servidores municipais do abono especial, como lhes deu a Câmara Municipal.

Aliás, o Sr. Prefeito, quando dirigiu mensagem sobre o assunto à referida Câmara, solicitou o referido abono desde Maio do corrente ano.

E, agora, no seu veto, entendeu dá-lo somente de setembro vindouro.

Decidi-me, dando aos servidores municipais o que tenho dado e se continua a dar aos funcionários federais.

Considere as leis iguais para todos e também as necessidades da vida maiores para os menores para os que ganham menos.

Era o que tinha a dizer, como justificação do meu voto de desempate.

Era o que devia dizer. (Muito bem. Muito bem!).

ÚTRECHOS DA ATA DA SESSÃO DE 11 DE AGOSTO DE 1955 (D.C. N. DE 12-8-55) QUE SE REPRODUZEM POR TEREM SAÍDO COM INCORREÇÕES:

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES.

Actisio Corrêa — Waldir Boiuid — Alfredo Duallibe — Reginaldo Fernandes — João Arruda — Járbas Maranhão — Gilberto Marinho — Bernardes Filho — Benedito Valadares — Lúcio Bittencourt — Saul Ramos — Alberto Pasqualini — Daniel Krieger. (13).

DEIXARAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES:

Moura Andrade — Domingos Velasco — Coimbra Bueno — João Villaboas — Othon Mader — Alvimar Guimarães — Moisés Lupion — Armando Câmara (8).

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa um requerimento de prorrogação de licença (Pausa)

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 354, de 1955

Nos termos do artigo 26, letra c do Regulamento Interno, requer prorrogação, por 6 dias, da licença cujo gozo me acho.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1955. — Dinarte Mariz.

O SR. PRESIDENTE:

Com aprovação do requerimento continua em exercício o Suplente S. Ex.ª.

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Apolônio Salles, inscrito em primeiro lugar.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR GOMES DE OLIVEIRA NA SESSÃO DE 12 DE AGOSTO DE 1955 (D.C.N. DE 13-8-55) QUE SE REPRODUZ POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES:

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, acaba de falecer, em Santa Catarina, o Dr. Fulvio Coriolano Aducci, uma das figuras de maior projeção no meu Estado.

Secretário Geral do Governo, quando então dirigia os destinos catarinenses o ex-Senador Felipe Schmidt, prestou os mais relevantes serviços ao Estado, enfileirando todos os setores da administração, mais tarde distribuídos em várias outras secretarias.

Desempenhou, n'essas funções, missão relevante. Posteriormente, como Prefeito da capital, pôde prestar aos florianopolitanos apreciáveis serviços, não esquecidos quando se obrigava preencher uma cadeira de

Deputado Federal por Santa Catarina. Foi, então, eleito, e, desempenhando o mandato, manteve na outra Casa do Congresso aquela tradição de honradez, de correção e de inteligência que marcou sua passagem pela Secretaria do Estado.

Foi, ainda, o Dr. Fulvio Aducci escolhido para o Governo de Santa Catarina. Eleito numa fase trágica da vida brasileira — trágica, não pelas consequências, mas pelo choque produzido na vida social e política do país — a revolução de 1930 fez-lo deixar o cargo, apenas duas ou três semanas depois de nele empossado.

Como um dos diretores da Caixa Econômica, manteve a mesma tradição de dignidade, simplicidade e inteligência, deixando ali os traços indelévels de sua bondade.

Hoje desapareceu, depois de uma moléstia que quase o separou do convívio dos homens, mas não o afastará de certo, da lembrança dos seus coestaduanos. O nome de Fulvio Coriolano Aducci fica na história de

Santa Catarina como o de uma personalidade de escôl, que deu ao seu Estado e à sua gente a melhor das contribuições.

Solicito de V. Ex.^a, Sr. Presidente, faça consignar na ata dos nossos trabalhos a reverência e a saudade dos catarinenses à memória do illustre conterrâneo desaparecido, principalmente da Bancada representativa do Estado. (Muito bem; muito bem.)

SENADO FEDERAL

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora, em reunião de 16 de agosto corrente, resolveu:

— promover, por merecimento, Clemente Watzl, do cargo de Diretor de Serviço, padrão PL-1, vago em virtude da aposentadoria de Braz Nicola Jordão;

— promover, por merecimento, Laura Bandeira Accioli, do cargo do Nível 15

da carreira de Taquígrafo, ao cargo de Taquígrafo-Revisor, Nível 18, vago em virtude da promoção de Clemente Watzl;

— promover, por merecimento, Antônio Guimarães Santos, do cargo do Nível 14, da carreira de Taquígrafo, ao cargo do Nível 15 dessa carreira, vago em virtude da promoção de Laura Bandeira Accioli;

— deferir o Requerimento Nº 104-55, em que Elza Alves Tavares, Oficial Legislativo, Nível 12, solicita 90 dias de licença especial;

— deferir o de n.º 108-55, pelo qual o Auxiliar de Portaria, Nível 6, Antônio Machado Rosa, solicita auxílio doença, de acordo com o artigo 143 da Lei n.º 1.711 de 1952;

— deferir o Requerimento n.º 123-55, de Francisco Bevilacqua, Diretor de Serviço, padrão PL-2, solicitando 3 meses de licença especial.